



Nexa Recursos Minerais S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Nexa Recursos Minerais S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nexa Recursos Minerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

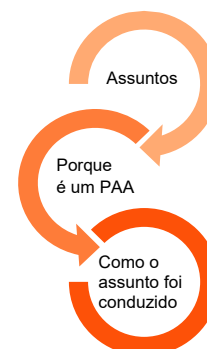
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Avaliação ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de ágios e ativos não financeiros (Notas 21, 22, 23 e 31)</p> <p>A Companhia apresenta saldos de ágios, decorrentes de combinação de negócios, e de ativos não financeiros, que incluem imobilizado, intangível e investimentos, os quais estão sujeitos ao teste de <i>impairment</i>.</p> <p>As avaliações da recuperabilidade dos ágios são realizadas ao menos uma vez por ano e, para os demais ativos não financeiros, o teste de <i>impairment</i> é realizado caso seja identificado algum indicador de que o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.</p> <p>Os testes de <i>impairment</i> são realizados por meio do método do valor justo menos o custo de alienação para cada ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC), a qual os ativos se relacionam, incluindo os ágios, quando aplicável.</p> <p>Condições econômicas adversas podem fazer com que essas premissas apresentem alterações significativas às projetadas pela Companhia com consequente impacto nas demonstrações financeiras, razão pela qual esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, atualização do entendimento e avaliação dos controles internos relevantes estabelecidos relacionados ao teste de <i>impairment</i> dos ativos e das UGCs, incluindo os saldos de ágios.</p> <p>Com o apoio de nossos especialistas em avaliação de ativos, analisamos a razoabilidade do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as projeções e das principais premissas utilizadas, relacionadas às taxas de desconto, preço de longo prazo do zinco, e preço de venda de energia a longo prazo (aplicável à UGC Pollarix S.A.), dentre outras premissas, comparando-as, quando disponíveis, com dados de mercado.</p> <p>Testamos a coerência do modelo utilizado, a exatidão matemática dos cálculos, incluindo análise de sensibilidade das premissas.</p> <p>Efetuamos também a revisão das divulgações sobre o teste de <i>impairment</i> nas notas explicativas.</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos saldos de ágios e de ativos não financeiros, são razoáveis e as divulgações em notas explicativas são consistentes com os dados e as informações obtidas.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Nexa Recursos Minerais S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Nexa Recursos Minerais S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 20 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Vinicius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

Demonstrações financeiras

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Balanco patrimonial	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	7

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Considerações gerais	8
2. Apresentação das demonstrações financeiras	9
3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações	9
4. Estimativas e julgamentos críticos	11
5. Receita líquida	12
6. Abertura do resultado por natureza	14
7. Exploração mineral e avaliação de projetos	14
8. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15
9. Resultado financeiro líquido	15
10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	16
11. Gestão de risco financeiro	19
12. Instrumentos financeiros	25
13. Estimativas de valor justo	26
14. Caixa e equivalentes de caixa	29
15. Aplicações financeiras	29
16. Instrumentos Financeiros Derivativos	29
17. Contas a receber de clientes	31
18. Estoques	33
19. Tributos a recuperar	34
20. Partes relacionadas	35
21. Investimentos	37
22. Imobilizado	39
23. Intangível	44
24. Ativo de direito de uso e passivos de arrendamentos	46
25. Empréstimos e financiamentos	47
26. Fornecedores	51
27. Risco sacado	52
28. Obrigação de barragens, desmobilização de ativos, passivo ambiental e barragens	53
29. Provisões	55
30. Patrimônio Líquido	57
31. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	58
32. Compromissos a longo prazo	63
33. Eventos subsequentes	63

Demonstração do resultado do exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
Receita líquida	5	5.185.982	5.214.998
Custo dos produtos vendidos	6	(4.729.747)	(4.595.787)
Lucro bruto		456.235	619.211
Despesas operacionais			
Vendas, gerais e administrativas	6	(325.146)	(265.790)
Exploração mineral e avaliação de projetos	6 e 7	(203.629)	(171.284)
Provisão (reversão) de <i>impairment</i>	31	(15.910)	43.508
Outras receitas (despesas), líquidas	8	(146.891)	(113.516)
		(691.576)	(507.082)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e resultado financeiro		(235.341)	112.129
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	21	91.200	9.936
		91.200	9.936
Resultado financeiro			
	9		
Receitas financeiras		95.100	103.085
Despesas financeiras		(695.087)	(617.414)
Outros itens financeiros, líquidos		492.743	(813.837)
		(107.244)	(1.328.166)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(251.385)	(1.206.101)
Imposto de renda e contribuição social	10	44.681	388.744
Prejuízo do exercício		(206.704)	(817.357)
Quantidade média ponderado de ações - milhares	30	4.216	4.069
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	30	(49)	(200,87)

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
Prejuízo do exercício		(206.704)	(817.357)
Outros resultados abrangentes líquidos de imposto de renda e contribuição social a serem posteriormente reclassificados para resultado			
<i>Hedge accounting</i> operacional	16 (b)	2.225	1.447
Tributos diferidos	10 (c)	(756)	(501)
Variação cambial líquida de investidas localizadas no exterior	30 (e)	(3.566)	19.634
		(2.097)	20.580
Outros resultados abrangentes líquidos de imposto de renda e contribuição social que não serão reclassificados para resultado			
Alteração no valor justo do passivo financeiro atribuível a alteração do risco de crédito da Companhia	25 (b)	(1.585)	(8.160)
Tributos diferidos	10 (c)	539	2.771
		(1.046)	(5.389)
Outros resultados abrangentes líquidos de imposto de renda e contribuição social		(3.143)	15.191
Total do resultado abrangente do exercício		(209.847)	(802.166)

Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	14	162.075	223.389
Aplicações financeiras	15	1.847	97.988
Instrumentos financeiros derivativos	16	69.194	11.093
Contas a receber de clientes	17	595.854	1.010.715
Estoques	18	1.120.010	846.269
Tributos a recuperar	19	35.070	220.399
Dividendos a receber	20	34.535	2.096
Outros ativos		104.608	66.126
		2.123.193	2.478.075
Ativo não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	16	99.727	18
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10 (b)	1.339.713	1.295.249
Partes relacionadas	20	2.798	4.329
Depósitos judiciais	29 (a)	48.853	82.786
Tributos a recuperar	19	425.344	338.744
Outros ativos		10.741	40.266
Investimentos	21	384.013	419.792
Imobilizado	22	7.964.798	7.767.944
Intangível	23	408.082	419.285
Direito de uso sobre ativos	24	300.573	265.168
		10.984.642	10.633.581
Total do ativo		13.107.835	13.111.656
Passivo			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	25	200.539	188.776
Instrumentos financeiros derivativos	16	8.459	4.511
Passivo de arrendamento	24 (b)	134.250	100.336
Fornecedores	26	1.831.645	3.155.865
Risco sacado	27	285.881	176.596
Salários e encargos sociais		153.732	147.082
Desmobilização de ativos, obrigações ambientais e barragens	28	139.333	121.126
Provisões	29	101.698	65.824
Partes relacionadas	20	346.662	2.454
Outros passivos		174.608	223.030
		3.376.807	4.185.600
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	25	2.464.892	3.102.472
Instrumentos financeiros derivativos	16	113.850	1.228
Passivo de arrendamento	24 (b)	204.462	207.714
Fornecedores	26	94.121	120.927
Desmobilização de ativos, obrigações ambientais e barragens	28	848.283	872.250
Provisões	29	52.626	74.623
Provisão para perdas em investidas	21	-	56.799
Partes relacionadas	20	573.745	643.652
Outros passivos		117.294	154.239
		4.469.273	5.233.904
Total do passivo		7.846.080	9.419.504
Patrimônio líquido			
	30		
Capital social		5.363.764	3.584.314
Ágio em transações de capital		(1.186.045)	(1.186.045)
Prejuízos acumulados		(1.881.171)	(1.674.467)
Ajustes de avaliação patrimonial		2.965.207	2.968.350
		5.261.755	3.692.152
Total do passivo e patrimônio líquido		13.107.835	13.111.656

Nexa Recursos Minerais S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(251.385)	(1.206.101)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	6	711.399	602.379
Equivalência patrimonial	21 (c)	(91.200)	(9.936)
Juros, variações monetárias e cambiais		281.610	768.211
Provisão (reversão) de <i>impairment</i> de imobilizado e intangível	22 e 23	15.910	(43.508)
Perda líquida na venda de imobilizado	8	9.337	88.433
Mudanças em provisões		89.621	(65.728)
Ganho na renegociação de dívidas	25 (b)	-	(12.990)
(Reversão) provisão para descaracterização de barragens	8	(44.610)	4.932
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	16 (b)	(41.697)	(2.322)
Diminuição (aumento) de ativos			
Contas a receber de clientes		420.315	(303.351)
Estoques		(318.953)	1.568
Instrumentos financeiros derivativos	16 (b)	2.682	(3.452)
Outros ativos		205.295	(21.599)
Aumento (diminuição) no passivo			
Fornecedores		428.424	635.211
Salários e encargos sociais		6.650	2.392
Partes relacionadas		274.301	34.637
Outros passivos		(106.008)	(7.882)
Caixa proveniente das atividades operacionais		1.591.691	460.894
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	25 (b)	(300.105)	(292.953)
Juros pagos sobre contratos de arrendamento	24 (b)	(38.087)	(36.401)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.253.499	131.540
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	22 e 23	(775.015)	(523.220)
Recebimento pela venda de ativos imobilizados		-	981
Aplicações financeiras		112.599	6.159
Dividendos recebidos	1.1 (b)	24.457	20.884
Redução de capital em investidas	21 (c)	(60.239)	(64.981)
Venda do complexo Morro Agudo		-	12.867
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(698.198)	(547.310)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de recursos	25 (b)	236.967	1.018.090
Custos de captação de recursos	25 (b)	(159)	(11.398)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	25 (b)	(701.679)	(551.631)
Pagamento de contratos de arrendamento	24 (b)	(151.744)	(85.469)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento		(616.615)	369.592
Decréscimo em caixa e equivalentes de caixa		(61.314)	(46.178)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		223.389	269.567
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		162.075	223.389
Principais transações de investimento e financiamento sem efeito caixa			
Novos contratos de ativo de direito de uso	24 (a)	164.703	77.220

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva de lucros De incentivos fiscais	Ágio em transações de capital	(Prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2024	3.584.314	-	(1.186.045)	(857.110)	2.953.159	4.494.318
Prejuízo do exercício	-	-	-	(817.357)	-	(817.357)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-	15.191	15.191
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(817.357)	15.191	(802.166)
Em 31 de dezembro de 2024	3.584.314	-	(1.186.045)	(1.674.467)	2.968.350	3.692.152
Prejuízo do exercício	-	-	-	(206.704)	-	(206.704)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-	(3.143)	(3.143)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(206.704)	(3.143)	(209.847)
Aumento de capital social - nota 30	1.779.450	-	-	-	-	1.779.450
Total de contribuições e transações com acionistas	1.779.450	-	-	-	-	1.779.450
Em 31 de dezembro de 2025	5.363.764	-	(1.186.045)	(1.881.171)	2.965.207	5.261.755

1. Considerações gerais

A Nexa Recursos Minerais S.A. ("Companhia" ou "Nexa BR") é uma sociedade anônima de capital fechado localizada e domiciliada no Brasil. É controlada da Nexa Resources S.A. ("Nexa") uma sociedade anônima constituída e domiciliada em Luxemburgo, cujas ações são negociadas publicamente na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE").

A Nexa possui como acionista majoritário a Votorantim S.A. ("VSA"), que detém 64,68% de seu patrimônio. A VSA é um conglomerado industrial brasileiro de propriedade privada que detém participações em diversos segmentos, incluindo metais e mineração, cuja principal atividade consiste na exploração, extração e produção de concentrados de zinco, cobre e chumbo.

Após o desinvestimento do Complexo de Morro Agudo em 2024, as operações da Companhia no Brasil passaram a ser compostas por duas unidades metalúrgicas — localizadas em Três Marias e Juiz de Fora, em Minas Gerais — e pela mina polimetálica de Vazante, também em Minas Gerais. Além disso, a Companhia opera a mina de Aripuanã, no estado de Mato Grosso, que passou a ser classificada como operação continuada no final de junho de 2024. Essas unidades atendem a diversos segmentos da indústria nacional, incluindo os setores químico, petroquímico, borracha, celulose, metalurgia, mineração e agricultura, entre outros.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025**(a) Pagamento parcial da segunda Denúncia Espontânea - ICMS**

Em 2025, a Companhia continuou cumprindo o acordo referente à segunda denúncia espontânea de ICMS. Essa segunda fase prevê parcelamento até dezembro de 2028, com 36 parcelas ainda em aberto em 31 de dezembro de 2025. Do saldo inicial, permaneciam pendentes R\$ 32.423 de principal, R\$ 4.864 de multa e R\$ 12.383 de juros, além de R\$ 9.705 de atualização monetária sobre o saldo parcelado. O valor total registrado no passivo em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 60.795.

(b) Recebimento de dividendos

Durante 2025, a Nexa BR recebeu dividendos provenientes de sua investida Pollarix S.A., os quais referem-se às deliberações de distribuição de resultados realizadas ao longo do exercício.

Em decorrência dessas deliberações, a Nexa BR recebeu os seguintes montantes:

- R\$ 6.082, referentes às distribuições aprovadas entre dezembro de 2024 e março de 2025;
- R\$ 10.555, referentes à deliberação de junho de 2025;
- R\$ 7.637, referentes à deliberação de setembro de 2025.

No total, a Nexa BR recebeu R\$ 24.274 em dividendos da Pollarix S.A. durante 2025. Além disso, a Companhia recebeu R\$ 182 da Nexa Resources Cajamarquilla S.A., deliberados em maio e pagos em junho de 2025.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****2. Apresentação das demonstrações financeiras****2.1. Base de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (*IFRIC Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (*SIC Interpretations*).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados ativos e passivos financeiros (incluindo instrumentos financeiros derivativos), os quais são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório quando requerido nas normas.

A Companhia não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas, considerando que sua controladora final já disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as normas de relatórios financeiros.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 20 de março de 2026.

2.2. Principais empresas controladas e coligadas

Os investimentos em entidades coligadas e controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial ("MEP") a partir da data em que elas se tornam sua coligada ou controlada.

As controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais são conduzidas pela Companhia, nas quais normalmente há participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração para avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

2.3. Conversão de moeda estrangeira**(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras**

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em reais ("R\$"). Para itens remensurados são utilizadas as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como "Outros itens financeiros, líquidos".

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações**(a) Novas normas e alterações – Vigentes a partir de 01 de janeiro de 2025**

A Companhia analisou as alterações às normas contábeis que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não identificou impacto material nas demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****IAS 21 - Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio**

Houve uma nova emenda ao IAS 21 relacionada à falta de permutabilidade, com vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025. A adoção dessa emenda não teve impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Novas normas, regulamentações emitidas e às normas contábeis ainda não vigentes

Houve algumas normas e alterações que foram emitidas, mas ainda não estão em vigor e o impacto nas operações e demonstrações financeiras da Companhia está sob avaliação.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o International Accounting Standards Board ("IASB") anunciou a publicação da nova norma IFRS 18 – Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, que substitui o IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras.

A IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação na demonstração de resultado, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas na demonstração de resultado em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Além disso, a IFRS 18 realizou alterações de escopo restrito à IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de 'lucro ou prejuízo' para 'lucro ou prejuízo operacional' e a remoção da opcionalidade em torno da classificação de fluxos de caixa de dividendos e juros, devido a essas alterações houve alterações consequentes a vários outros padrões. A IFRS 18 e as alterações aos outros padrões são efetivos para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, mas a aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A IFRS 18 será aplicada retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar os impactos em suas demonstrações financeiras em relação a este novo padrão e as alterações consequentes a outros padrões.

IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas devem esclarecer a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro, incluir mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos de principal e juros, definir divulgações adicionais para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança) e atualizar as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As alterações entrarão em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A adoção antecipada é permitida, com a opção de adotar as alterações antecipadamente apenas para recursos contingentes.

A Companhia está atualmente trabalhando na identificação de todos os impactos que as alterações terão em suas demonstrações financeiras.

IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e divulgação de uso próprio e contabilidade de *hedge* em “Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza”

Em dezembro de 2024, o IASB alterou o IFRS 9 e o IFRS 7 para abordar a classificação e divulgação de uso próprio e contabilidade de *hedge* em “Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza”. As emendas dizem respeito aos requisitos de uso próprio e aos requisitos de contabilidade de *hedge*, juntamente com as divulgações relacionadas. O escopo das emendas é restrito e se aplica apenas aos contratos que atendem às características específicas de enquadramento.

A data de vigência das emendas é para períodos anuais de reporte iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia não espera impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes desta nova norma e das alterações correlatas em outras normas.

IFRS 19 - Divulgação Reduzida para Subsidiárias Elegíveis

Em agosto de 2025, o IASB introduziu alterações no IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*), reduzindo diversos requisitos de divulgação, removendo objetivos relacionados a financiamentos de fornecedores, falta de intercambialidade, regras do “Pilar 2”, classificação e mensuração de instrumentos financeiros e passivos não circulantes com cláusulas restritivas. Também excluiu requisitos que eram orientações, e não obrigações, e substituiu as divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração por uma referência cruzada ao IFRS 18. As alterações têm a mesma data de entrada em vigor que a IFRS 19, ou seja, períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar os impactos em suas demonstrações financeiras em relação a este novo padrão e as alterações consequentes a outros padrões.

4. Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer o uso de estimativas, premissas e julgamentos que afetam os valores reportados de receitas, despesas, ativos e passivos, as divulgações anexas e a divulgação de passivos contingentes na data das demonstrações financeiras.

As estimativas e premissas contábeis, por definição, raramente serão iguais aos resultados reais e são continuamente avaliadas para refletir as mudanças nas expectativas sobre eventos futuros. A Administração também precisa exercer julgamento na aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Esta nota fornece uma visão geral das áreas que envolvem maior julgamento ou complexidade e dos itens que são mais propensos a serem ajustados materialmente devido a estimativas e premissas que se revelam erradas devido à sua incerteza. Informações detalhadas sobre cada uma dessas estimativas, premissas e julgamentos estão incluídas em outras notas, juntamente com dados sobre a base de cálculo para cada item afetado nas demonstrações financeiras.

As estimativas contábeis críticas, premissas e julgamentos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- estimativa de imposto de renda corrente e diferido – nota 10
- estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros – nota 12
- *impairment* de contas a receber de clientes – nota 17
- estimativa do valor realizável líquido dos estoques – nota 18
- estimativa de quantificação de reservas e recursos minerais para cálculo de vida útil – nota 23
- estimativa de barragens, desmobilização de ativos e obrigações ambientais – nota 28
- estimativa de provisões para processos judiciais – nota 29
- estimativa de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – nota 31

Estimativas, premissas e julgamentos são avaliados continuamente. Eles são baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que podem ter um impacto financeiro sobre a Companhia e que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

Além disso, a Companhia tem considerado os efeitos do Ambiental, Social e de Governança ("ESG") ao fazer suas estimativas, suposições e julgamentos críticos com base nos compromissos ESG de longo prazo atualizados. Os eventos e alterações nas circunstâncias ocorridos após 31 de dezembro de 2025 serão refletidos nas estimativas da Administração para períodos futuros, bem como os desembolsos efetivos serão capitalizados ou debitados, dependendo da sua natureza e função, no período em que forem incorridos.

5. Receita líquida**Política contábil**

As receitas representam o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. As receitas são apresentadas líquidas de impostos sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece as receitas quando uma obrigação de desempenho é satisfeita pela transferência de um bem ou serviço prometido a um cliente. O ativo é transferido quando o cliente obtém o controle desse ativo. Para determinar o momento em que um cliente obtém o controle de um ativo prometido, a Companhia considera os seguintes indicadores:

(i) a Companhia tem o direito atual de pagamento pelo ativo; (ii) o cliente tem a titularidade legal do ativo; (iii) a Companhia transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente tem os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; (v) o cliente aceitou o ativo.

Identificação e prazo de satisfação das obrigações de desempenho

A Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas incluídas em certos contratos de venda:

(i) a promessa de fornecer mercadorias a seus clientes e (ii) a promessa de fornecer frete e contratação de seguro a seus clientes.

Promessa de fornecer mercadorias: esta obrigação de desempenho é satisfeita quando o controle de tais bens é transferido para o cliente final, o que é substancialmente determinado com base nos *Incoterms* (termos de comércio internacional) pactuados em cada um dos contratos com os clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Promessa de fornecer frete e contratação de seguro: essa obrigação de desempenho é satisfeita quando os serviços de frete e contratação de seguro são concluídos. Em decorrência das distintas obrigações de desempenho identificadas, parte da receita da Companhia é apresentada como receita de prestação de serviços. O custo relacionado às receitas de serviços é apresentado como "Custo dos produtos vendidos". As receitas de venda de mercadorias, serviços de fretes e seguros são reconhecidas no momento quando o controle de mercadorias é transferido e quando os serviços contratados são prestados. É neste momento que um contas a receber é reconhecido porque apenas a passagem do tempo é necessária antes que a contraprestação seja devida. A Companhia não possui ativos contratuais que deem direito à contraprestação em troca de bens ou serviços que a Companhia transferiu ao cliente, uma vez que todos os direitos de contraprestação dos contratos são incondicionais.

Em 2025, 28% da receita foi proveniente de vendas para a Controladora (conforme nota 20), que é o maior cliente da Companhia. O restante do saldo de receita de vendas é diversificado, sem concentração significativa. Essas receitas são atribuídas a ambos os segmentos: mineração e fundição.

Determinação do preço de transação e dos valores alocados às obrigações de desempenho

A Companhia considera os termos do contrato e suas práticas comerciais habituais para determinar o preço da transação. O preço da transação é o valor da contraprestação que a Companhia espera receber em troca da transferência de bens ou serviços prometidos a seus clientes. O preço da transação é alocado para cada obrigação de desempenho em uma base de preço de venda independente relativa.

Os preços de transação incluídos nos contratos de venda da Companhia são baseados principalmente em referências de preços internacionais e sujeitos a ajustes de preço com base no preço de mercado no final do período de cotação estipulado no contrato de venda. Estes são referidos como acordos de preços provisórios que estão sujeitos a um ajuste de preço mensal. Em 31 de dezembro de 2025, os ajustes de preços pendentes a serem feitos não eram materiais.

Os preços dos produtos negociados pela Companhia são determinados pela cotação do zinco na Bolsa de Metais de Londres (*London Metal Exchange* - LME). As eventuais flutuações dos preços dependem de vários fatores externos, como demanda e capacidade de produção mundial e estratégias mercadológicas adotadas pelos principais produtores.

(a) Composição

(i) Reconciliação de faturamento bruto

	2025	2024
Faturamento bruto	5.794.763	5.697.512
Faturamento de produtos	5.644.475	5.522.139
Faturamento de fretes, contratação de serviços de seguros e outros	150.288	175.373
Impostos sobre vendas	(596.568)	(464.725)
Devoluções	(12.213)	(17.789)
Receita líquida	5.185.982	5.214.998

(ii) Detalhamento da receita líquida

	2025	2024
Zinco	3.944.960	4.357.180
Chumbo	628.534	322.880
Prata	13.466	14.273
Fretes, contratação de serviços de seguros e outros	150.288	175.373
Outros	448.734	345.292
Receita líquida	5.185.982	5.214.998
Impostos sobre vendas	596.568	464.725
Devoluções	12.213	17.789
Receita bruta	5.794.763	5.697.512

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receita líquida por país de destino

As áreas geográficas são determinadas com base na localização dos clientes da Companhia. A receita líquida da Companhia, classificada por moeda e destino, é a seguinte:

(i) Receita por destino

	2025	2024
Brasil	3.142.509	2.874.940
Luxemburgo	1.582.129	1.870.676
Argentina	445.763	444.076
Paraguai	7.332	6.337
Colômbia	6.158	1.441
Outros	2.091	17.528
	5.185.982	5.214.998

(ii) Receita por moeda

	2025	2024
Moeda		
Real	3.142.509	2.874.940
Dólar-norte americano	2.043.473	2.340.058
	5.185.982	5.214.998

6. Abertura do resultado por natureza

Política contábil

O custo dos produtos vendidos consiste pelo custo de fabricação e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de entrega ao cliente ao mesmo tempo que a receita é reconhecida a partir da respectiva venda. As despesas com vendas, gerais e administrativas são reconhecidas pelo regime de competência e, quando aplicável, no mesmo período em que as receitas a que estão relacionadas são reconhecidas.

	Custo dos produtos vendidos	Despesas com vendas, gerais e administrativas	Exploração mineral e projetos de desenvolvimento	2025 Total
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	(2.823.293)	-	-	(2.823.293)
Serviços de terceiros	(545.068)	(63.876)	(142.379)	(751.323)
Depreciação e amortização	(690.858)	(16.714)	(3.827)	(711.399)
Despesas com benefícios a empregados	(560.068)	(196.501)	(46.806)	(803.375)
Outras despesas	(110.460)	(48.055)	(10.617)	(169.132)
	(4.729.747)	(325.146)	(203.629)	(5.258.522)

	Custo dos produtos vendidos	Despesas com vendas, gerais e administrativas	Exploração mineral e projetos de desenvolvimento	2024 Total
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	(2.822.574)	-	-	(2.822.574)
Serviços de terceiros	(584.598)	(38.286)	(123.268)	(746.152)
Depreciação e amortização	(587.443)	(11.876)	(3.060)	(602.379)
Despesas com benefícios a empregados	(515.772)	(162.263)	(31.257)	(709.292)
Outras despesas	(85.400)	(53.365)	(13.699)	(152.464)
	(4.595.787)	(265.790)	(171.284)	(5.032.861)

7. Exploração mineral e avaliação de projetos

Política contábil

Os custos de exploração mineral e avaliação de projetos são contabilizados no exercício em que são incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As atividades de exploração mineral envolvem a busca de recursos minerais a partir de áreas potenciais até a determinação da viabilidade comercial e técnica de um recurso identificado. Os custos de exploração mineral incluem a coleta de dados de exploração por meio de estudos geológicos e geofísicos, realização de sondagens e amostragem exploratórias e determinação e análise do volume e teor dos recursos identificados.

Os custos de avaliação de projetos estão relacionados principalmente a estudos de escopo, pré-viabilidade e viabilidade para projetos *greenfield* e *brownfield*. Além disso, esses custos de avaliação também podem incluir custos incorridos para estudos relacionados a outros projetos corporativos, projetos de pesquisa, inovação, automação e tecnologia da informação.

A nota 22 descreve quando os custos de exploração mineral e avaliação de projetos começam a ser capitalizados.

(a) Composição de exploração mineral e avaliação de projetos

	2025	2024
Exploração mineral	(142.341)	(109.658)
Avaliação de projetos	(61.288)	(61.626)
	(203.629)	(171.284)

8. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2025	2024
Reversão (provisão) para descaracterização de barragens - Nota 28 (a) (iii)	44.610	(4.932)
Remensuração de desmobilização de ativos e obrigações ambientais - Nota 28 (a)	(1.917)	60.789
Perda na venda de imobilizado	(9.337)	(88.433)
Projetos e contribuições para comunidades	(10.868)	(9.945)
Perda estimada para obsolescência e baixo giro de estoques	(46.684)	(22.813)
Provisões de processos judiciais - Nota 29 (b)	(47.946)	(3.270)
Despesa de preço de transferência com partes relacionadas	(64.085)	-
Ganho na venda de investimento	-	2.365
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(10.664)	(47.277)
	(146.891)	(113.516)

9. Resultado financeiro líquido

Política contábil

(i) Despesas financeiras

Os custos financeiros das obrigações são reconhecidos como despesa quando incorridos, exceto aqueles diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos qualificáveis, ou seja, ativos que requerem um tempo substancial para estarem prontos para uso, os quais são capitalizados ao custo dentro do imobilizado e equipamentos e/ou intangíveis a que se referem.

(ii) Receita financeira

A receita financeira é composta principalmente por receita de juros e é reconhecida pelo regime de competência para refletir o rendimento efetivo do ativo pelo método da taxa de juros efetiva.

(iii) Outros itens financeiros, líquidos

Outros itens financeiros líquidos são compostos pelo líquido das receitas e despesas relacionadas ao valor justo de empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e variações cambiais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
Receitas financeiras		
Receita com garantia de empréstimos de partes relacionadas - Nota 20	41.177	30.617
Reversão de atualização monetária sobre provisões - Nota 29 (b)	16.441	10.582
Rendimentos em aplicações financeiras	16.458	25.237
Atualização monetária sobre depósito judicial	11.693	14.876
Juros sobre créditos fiscais	5.793	1.826
Ganho na renegociação de dívidas - Nota 25 (b)	-	12.990
Outras receitas financeiras	3.538	6.957
	95.100	103.085
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(294.095)	(292.238)
Juros sobre operações de partes relacionadas - Nota 20	(113.723)	(114.766)
Juros e atualização monetária sobre ARO - Nota 28 (a)	(76.036)	(63.234)
Juros sobre contratos de arrendamento - Nota 24 (b)	(38.087)	(36.401)
Encargos sobre operações de descontos	(34.402)	(21.929)
Atualização monetária sobre provisões - Nota 29 (b)	(48.675)	(17.525)
Juros sobre denúncia espontânea - ICMS	(27.489)	(8.235)
Juros sobre impostos a pagar	(4.051)	(1.684)
Outras despesas financeiras	(58.529)	(61.402)
	(695.087)	(617.414)
Outros itens financeiros, líquidos		
Variações cambiais líquidas (i)	409.653	(802.666)
Valor justo dos empréstimos e financiamentos - Nota 25 (b)	11.635	(18.358)
Instrumentos financeiros derivativos - Nota 16 (b)	71.455	7.187
	492.743	(813.837)
Resultado financeiro líquido	(107.244)	(1.328.166)

(i) Os valores dos anos 2025 e 2024 são devidos principalmente à variação cambial sobre as contas a receber e a pagar em USD em aberto da Nexa BR com a Nexa, empréstimos *intercompany* da Nexa BR com suas partes relacionadas e empréstimos contratados pela Companhia em moeda estrangeira. Essas transações foram impactadas pela volatilidade do real, que se valorizou em relação ao dólar durante o exercício de 2025 (em 2024 o real foi depreciado em relação ao dólar).

10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil

O imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço onde a Companhia opera e gera lucro tributável. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nos impostos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, considerando os valores esperados a serem pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda corrente é apresentado líquido, separado por entidade contribuinte, no passivo quando houver valores a pagar, ou no ativo quando os valores antecipados excederem o valor total devido na data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda diferido é provisionado integralmente, usando o método do passivo de balanço, sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de relatório financeiro na data do balanço. No entanto, os passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se forem decorrentes do reconhecimento inicial do ágio. O imposto de renda diferido também não é contabilizado se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afete o lucro ou prejuízo contábil ou tributável. O imposto de renda diferido é determinado usando as alíquotas (e leis) fiscais que foram decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e se espera que sejam aplicadas quando o ativo de imposto de renda diferido relacionado for realizado, ou quando o imposto de renda diferido passivo é liquidado.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser utilizados. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe um direito legalmente exigível e a intenção de compensá-los no cálculo dos impostos correntes.

Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda, onde surgem incertezas na aplicação de regulamentos tributários complexos. Julgamento significativo, estimativas e premissas são necessárias para determinar o valor dos impostos diferidos que seriam recuperados, uma vez que esse valor pode ser afetado por fatores que incluem, mas não se limitam a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, que são baseados na produção e planejamento de vendas, preços de *commodities*, custos operacionais e custos de capital planejados; (ii) ambiente macroeconômico; e (iii) cenários comerciais e tributários.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita a revisões de imposto de renda e outros pagamentos de impostos, e podem surgir disputas com as autoridades fiscais sobre a interpretação das leis aplicáveis e regulamentos.

(a) Reconciliação da despesa de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

	2025	2024
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(251.385)	(1.206.101)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	85.471	410.074
Equivalência patrimonial	31.008	3.378
Ajuste fiscal preços de transferência (i)	(46.737)	-
Outras exclusões permanentes, líquidas	(25.061)	(24.708)
IRPJ e CSLL apurados	44.681	388.744
Diferidos	44.681	388.744
IRPJ e CSLL no resultado	44.681	388.744

(i) Impacto devido às alterações nas regras de preço de transferência que ocasionou um ajuste de R\$ 137.462 de base fiscal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	2025	2024
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	1.750.815	1.485.958
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Provisão para desmobilização de ativos	602.540	618.980
Provisão para obrigações ambientais	66.624	67.166
Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais	57.081	42.311
Depreciação acelerada e ajustes das vidas úteis	55.393	195.750
Provisão de <i>impairment</i> (imobilizado e intangível)	43.668	38.258
Provisão para perdas de estoques	43.038	27.666
Provisão para benefícios aos empregados	38.020	32.122
Variação cambial - tributação pelo regime de caixa	31.035	168.042
Reavaliação de instrumentos financeiros derivativos	-	145
Outros	3.571	26.220
Débitos tributários sobre diferenças temporárias		
Mais valia na aquisição de investimentos	(725.393)	(754.378)
Provisão para desmobilização de ativos	(510.784)	(532.836)
Juros capitalizados	(99.509)	(105.603)
CPC 12 - Ajuste a valor presente	(16.386)	(14.552)
Saldo de impostos diferidos ativos líquidos	1.339.713	1.295.249

(c) Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferido no resultado do exercício e no resultado abrangente

	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.295.249	926.645
Efeitos no resultado do exercício	44.681	388.744
Efeitos em outros componentes do resultado abrangente - <i>hedge accounting</i>	(756)	(501)
Mudanças no risco de crédito da Companhia do passivo financeiro	539	2.771
Outros	-	(22.410)
Saldo no final do exercício	1.339.713	1.295.249

(d) Provisão tributária sobre imposto de renda

Há incertezas referentes a processos legais para os quais é improvável que haja um desembolso de caixa. Para estes casos, a provisão não é constituída. Em 31 de dezembro de 2025, os principais processos referem-se a prejuízo fiscal e base negativa e dedutibilidade de despesas com variação cambial e o saldo referente a esses processos é de R\$ 113.670 (R\$ 125.600 em 31 de dezembro de 2024).

(e) Pilar 2 – análise dos efeitos estimados

A Companhia está dentro do escopo das regras do modelo Pilar Dois da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que estabelecem uma nova estrutura de imposto mínimo global de 15%. A legislação do Pilar Dois foi adotada no Brasil e está em vigor para o ano fiscal iniciado em 1º de janeiro de 2025.

A Companhia realizou uma avaliação da exposição potencial aos impostos de renda e não identificou uma exposição potencial ao imposto complementar ao Pilar Dois.

(f) Novas regras de preço de transferência no Brasil

A partir de 1º de janeiro de 2024, a Lei 14.596/2023 entrou em vigor e introduziu novas regras de preços de transferência (regras de TP) no Brasil. Essas regras visam se alinhar aos padrões internacionais estabelecidos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de acordo com o princípio *arm's length*, que estipula que os termos e condições de uma transação controlada devem ser consistentes com aqueles que seriam estabelecidos entre terceiros em transações comparáveis.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia, com o apoio de seus consultores técnicos, realizou análises funcionais, econômicas e comparativas de suas principais transações intercompanhia e monitorou os resultados de cada segmento das operações, tendo identificado e implementado os ajustes e adaptações necessários durante 2025. Além disso, a Companhia cumpriu tempestivamente todas as obrigações exigidas pela legislação aplicável.

11. Gestão de risco financeiro**11.1. Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e risco de *commodities*); b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

Parte significativa dos produtos comercializados pela Companhia são *commodities*, com preços atrelados a índices internacionais e denominados em dólares norte-americanos. Os custos de produção, no entanto, são predominantemente denominados em reais e, portanto, há um descasamento de moedas entre receitas e custos. Adicionalmente, a Companhia possui dívidas atreladas a diferentes indexadores e moedas, que podem impactar seus fluxos de caixa.

Para mitigar os potenciais efeitos adversos de cada fator de risco financeiro, a Companhia segue uma Política de Gestão de Risco Financeiro que estabelece governança e diretrizes para o processo de gestão de risco financeiro, bem como métricas para mensuração e monitoramento. Esta política estabelece diretrizes e regras para: (i) Gestão de Exposição de Mercadorias, (ii) Gestão de Exposição Cambial, (iii) Gestão de Exposição a Taxas de Juros, (iv) Gestão de Riscos de Emissores e Contrapartes e (v) Gestão de Liquidez e Endividamento Financeiro. Todas as estratégias e propostas devem obedecer às diretrizes e normas da Política de Gestão de Riscos Financeiros, serem apresentadas e discutidas com o Comitê de Finanças do Conselho de Administração e, quando aplicável, submetidas à aprovação do Conselho de Administração, dentro da estrutura de governança descritos na Política de Gestão de Riscos Financeiros.

(a) Risco de mercado

O processo de gerenciamento de risco de mercado e todas as ações relacionadas têm como objetivo proteger os fluxos de caixa da Companhia contra eventos adversos, como mudanças nas taxas de câmbio, preços de *commodities* e taxas de juros, manter a capacidade de pagamento de obrigações financeiras e cumprir com níveis de liquidez e endividamento definidos pela administração.

(i) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir uma análise de sensibilidade dos principais fatores de risco que afetam a precificação dos instrumentos financeiros em aberto relativos à caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. As principais sensibilidades são a exposição às variações da taxa de câmbio do dólar, das taxas de juros de SOFR, IPCA e do CDI e dos preços das *commodities*. Os cenários para esses fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e outras fontes relevantes, de acordo com as políticas da Companhia. Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Cenário I: considera uma mudança nas curvas e cotações a termo de mercado em 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Companhia para 31 de março de 2026.
- Cenário II: considera uma variação de + ou -25% nas curvas de juros a termo de mercado em 31 de dezembro de 2025.
- Cenário III: considera uma variação de + ou -50% nas curvas de juros a termo de mercado em 31 de dezembro de 2025.

Fator de risco	Cotação 31 dezembro 2025	Montante	Impactos no resultado Cenários II e III					Impactos no resultado abrangente Cenários II e III					
			Choque nas Curvas	Cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	Cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras													
Taxa de câmbio estrangeiro													
USD	5,5024	65.726	-1,20%	(789)	(16.431)	(32.863)	16.431	32.863	-	-	-	-	-
Taxa de juros													
BRL - CDI	14,90%	99.173	-72,92 bps	(723)	(3.694)	(7.388)	3.694	7.388	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos													
Taxa de câmbio estrangeiro													
USD	5,5024	990.870	-1,20%	11.892	247.717	495.435	(247.717)	(495.435)	-	-	-	-	-
Taxa de juros													
BRL - CDI	14,90%	716.178	-72,92 bps	5.222	26.678	53.355	(26.678)	(53.355)	-	-	-	-	-
BRL - IPCA	4,26%	915.399	6 bps	(562)	9.749	19.498	(9.749)	(19.498)	-	-	-	-	-
USD - SOFR	3,64%	990.870	-27 bps	2.688	9.011	18.023	(9.011)	(18.023)	-	-	-	-	-
BRL - TJLP	9,07%	99.301	11 bps	(109)	2.252	4.503	(2.252)	(4.503)	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos													
Taxa de câmbio estrangeiro													
USD	5,5024	1.747.011	-1,20%	7.928	165.241	330.482	(165.241)	(330.482)	(5)	(102)	(203)	102	203
Taxa de juros													
BRL - CDI	14,90%	750.000	-72,92 bps	596	3.137	6.597	(2.853)	(5.457)	-	-	-	-	-
USD - SOFR	3,64%	1.097.011	-27 bps	52	240	481	(240)	(479)	(17)	(102)	(205)	102	204
Cupom Dólar	4,81%	650.000	-41 bps	(14.401)	166.857	333.715	(166.857)	(333.715)	-	-	-	-	-
Preço - Commodities													
Zinco	3.064	1.097.011	-6,97%	25.132	71.115	142.228	(71.113)	(142.228)	(4.384)	(12.406)	(24.811)	12.406	24.812

Nexa Recursos Minerais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco cambial

O risco cambial da Companhia deve-se a exposição às oscilações das taxas de câmbio em moedas estrangeiras que compõem suas relações comerciais, operacionais e financeiras, e que conseqüentemente impactam seus fluxos de caixa ou resultados.

O risco cambial é administrado por meio da Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece que os objetivos das operações com derivativos são reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, proteger-se da exposição cambial e minimizar os descasamentos cambiais.

Por mais que a moeda funcional da Companhia seja o real brasileiro, a Administração segue o modelo para prevenção de risco da Nexa, em que o dólar norte-americano é a moeda funcional, assim todas as ações relacionadas ao processo de gerenciamento de risco de mercado visam proteger os fluxos de caixa consolidados, além de manter a capacidade de pagar obrigações financeiras e cumprir com os níveis de liquidez e endividamento definidos pela Administração.

Abaixo, apresentamos os saldos contábeis de ativos e passivos expostos ao risco cambial na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	2025	2024
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa e equivalentes de caixa	65.726	90.314
Instrumentos financeiros derivativos	155.405	437
Contas a receber de clientes	517.604	852.649
	738.735	943.400
Passivos em moeda estrangeira		
Empréstimos e financiamentos	948.050	1.450.900
Partes relacionadas	343.879	318
Instrumentos financeiros derivativos	115.666	1.476
Fornecedores	1.024.613	2.551.461
	2.432.208	4.004.155
Exposição líquida	(1.693.473)	(3.060.755)

(i) Risco com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado às taxas de juros. Para mais informações relacionadas às taxas de juros, vide nota 25.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia estabelece diretrizes e regras para proteção contra variações nas taxas de juros que impactam o fluxo de caixa da Companhia. A exposição a cada taxa de juros é projetada até o vencimento dos ativos e passivos expostos a esse índice. Ocasionalmente, a Companhia realiza *swaps* de taxas de juros flutuantes para fixas para administrar seu risco de taxa de juros de fluxo de caixa. No caso de *swaps* contratados em conjunto com empréstimos e financiamentos, a Companhia os contabiliza na opção de valor justo para eliminar o descasamento contábil que ocorreria se fosse utilizado o custo amortizado (mais informações vide nota 25).

(ii) Risco do preço de *commodities*

O risco de preço de *commodities* está relacionado à volatilidade dos preços das *commodities* da Companhia. Os preços variam de acordo com a demanda, a capacidade de produção, os níveis de estoque dos produtores, as estratégias comerciais adotadas pelos grandes produtores e a disponibilidade de substitutos para esses produtos no mercado global.

Nexa Recursos Minerais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia estabelece diretrizes para mitigar o risco de oscilações nos preços das *commodities* que possam impactar os fluxos de caixa da Companhia. A exposição ao preço de cada *commodity* considera as projeções mensais de produção, compras de insumos e os fluxos de vencimento dos *hedges* a eles associados.

As operações de *hedge* de preços de *commodities* são classificadas nas seguintes estratégias de *hedge*:

Hedges para descasamentos de períodos de cotação (Hedge Book)

Esses instrumentos têm como finalidade proteger a Companhia contra descasamentos entre os períodos de cotação aplicáveis às compras de concentrado ou metal processado e aqueles aplicáveis às vendas do metal processado. As operações normalmente envolvem *forwards* de zinco negociados no mercado de balcão.

Hedges para clientes específicos que solicitam períodos de cotação não padronizados (Customer Hedge)

A finalidade desta estratégia é manter as receitas da unidade de negócio vinculadas ao preço do período de cotação padrão da London Metal Exchange (LME). O objetivo é converter períodos de cotação não padronizados ofertados a determinados clientes em períodos padronizados. Essas operações normalmente envolvem *forwards* de zinco negociados no mercado de balcão.

(c) Risco de crédito

Contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, depósitos a prazo, certificados de depósitos bancários ("CDBs") e títulos públicos criam exposição ao risco de crédito em relação às contrapartes e emissores. A Companhia possui a política de realizar depósitos em instituições financeiras, fundos de investimento e outras entidades que prestem serviços financeiros, como gestão de caixa, captação de recursos, gestão de capital de giro e operações com derivativos, e todas as contrapartes elegíveis devem possuir pelo menos um *rating* atribuído por duas das seguintes agências: *Fitch*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. sendo sempre aplicado o *rating* mais conservador disponível.

O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é determinado da seguinte forma:

- Operações *onshore*:

- (i) pelo menos *rating* "A" na escala local quando existirem dois ou mais *ratings* locais; ou
- (ii) pelo menos *rating* "AA-" na escala local quando houver apenas um *rating* local disponível; ou
- (iii) pelo menos *rating* "BBB-" na escala global quando não houver *rating* local, mas existirem dois ou mais *ratings* globais; ou
- (iv) pelo menos *rating* "BBB+" na escala global quando houver apenas um *rating* global disponível; ou
- (v) caso a contraparte não possua *rating* local ou global, ou não atenda aos critérios mínimos acima, deve ser utilizado o *rating* de sua controladora imediata ou final, que deve ser pelo menos "A" na escala global por duas agências, ou "AA-" por uma agência.

- Operações *offshore*:

- (i) pelo menos *rating* "BBB-" na escala global quando a contraparte possuir *rating* por duas ou mais agências; ou
- (ii) pelo menos *rating* "BBB+" quando houver *rating* por apenas uma agência; ou
- (iii) *rating* "BBB-", ou equivalente, na escala global, atribuído por duas agências de *rating*.

Nexa Recursos Minerais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No caso de contrapartes sem *rating* próprio, a Companhia deve avaliar o *rating* de sua controladora imediata e, caso esta não atenda aos critérios da política, utilizar o *rating* da controladora final. Alternativamente, caso a contraparte não cumpra os requisitos mínimos, poderá ser utilizado o *rating* de um garantidor, desde que este atenda integralmente aos critérios e que a garantia cubra a totalidade da exposição da Companhia em todas as transações relacionadas.

A metodologia de risco de pré-liquidação é utilizada para avaliar os riscos de contraparte em operações de derivativos. Esta metodologia consiste em determinar o risco associado à probabilidade (através de simulações de Monte Carlo) de uma contraparte incumprir os compromissos financeiros definidos contratualmente.

Os *ratings* globais foram obtidos junto às agências de *rating* Fitch, Moody's ou Standard & Poor's e estão relacionados a compromissos em moeda estrangeira ou local e, em ambos os casos, avaliam a capacidade de honrar esses compromissos, utilizando uma escala aplicável globalmente. Portanto, tanto os *ratings* em moeda estrangeira quanto em moeda local são *ratings* internacionalmente comparáveis.

Os *ratings* utilizados pela Companhia são sempre os mais conservadores das referidas agências.

No caso do risco de crédito decorrente da exposição de crédito do cliente, a Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, considerando principalmente o histórico do relacionamento e indicadores financeiros que definem os limites de crédito individuais, que são monitorados continuamente.

A Companhia realiza análises iniciais de crédito de clientes e, quando julga necessário, obtém garantias ou cartas de crédito para mitigar o risco de crédito. Adicionalmente, a maioria das vendas para os Estados Unidos da América, Europa e Ásia são garantidas por cartas de crédito e seguro de crédito.

O valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia representa melhor a exposição máxima ao seu risco de crédito.

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e contrapartes para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos e outros ativos. As variações apresentadas estão relacionadas principalmente às transações da Companhia no exercício e não a mudanças nos *ratings* das contrapartes.

	2025			2024		
	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	Total
Caixa e equivalentes de caixa						
AAA	96.346	-	96.346	160.521	-	160.521
AA+	4	-	4	3	4.004	4.007
AA	-	1.795	1.795	-	45.648	45.648
A+	-	7.077	7.077	-	13.213	13.213
A-	-	4.026	4.026	-	-	-
BBB-	-	52.827	52.827	-	-	-
	96.350	65.725	162.075	160.524	62.865	223.389
Aplicações financeiras						
AAA	1.847	-	1.847	97.988	-	97.988
	1.847	-	1.847	97.988	-	97.988
Instrumentos financeiros derivativos						
AAA	-	-	-	437	-	437
A+	-	7.627	7.627	-	-	-
A	-	5.887	5.887	-	926	926
A-	-	155.407	155.407	-	9.748	9.748
	-	168.921	168.921	437	10.674	11.111
Outros ativos						
AAA	5.942	-	5.942	5.467	-	5.467
	5.942	-	5.942	5.467	-	5.467

Nexa Recursos Minerais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é administrado por meio da Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que visa garantir a disponibilidade de recursos para o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia. O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, utilizando um período mínimo de projeção de 12 meses a partir da data de referência. As instituições financeiras que prestam serviços financeiros à Companhia estão dentro das políticas de crédito da Nexa e no mesmo nível daquelas previstas para o risco de crédito da Companhia.

Uma parte substancial do acordo de risco sacado é feita com uma instituição financeira. Entretanto, existem outras instituições financeiras com as quais a Companhia mantém relacionamento que poderiam ser consideradas para futuras transações de financiamento de fornecedores. Se este serviço não estiver disponível, a entidade poderá ser obrigada a aumentar os seus níveis de endividamento, o que poderá impactar negativamente os seus índices de alavancagem.

A tabela abaixo apresenta as obrigações financeiras da Companhia a serem liquidadas pela Companhia com base no seu vencimento (período remanescente do balanço patrimonial até a data contratual do vencimento). Os valores abaixo representam os fluxos de caixa futuros não descontados estimados, que incluem juros a incorrer e, portanto, não conciliam diretamente com os valores apresentados no balanço patrimonial.

	2025				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 a 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	404.041	547.540	2.203.088	712.511	3.867.180
Passivos de arrendamento mercantil	167.679	170.659	22.630	53.382	414.350
Dividendos a pagar	31.835	-	-	-	31.835
Instrumentos financeiros derivativos	8.459	503	113.347	-	122.309
Fornecedores	1.831.645	94.121	-	-	1.925.766
Salários e encargos	153.732	-	-	-	153.732
Partes relacionadas	346.662	573.745	-	-	920.407
Risco sacado	285.881	-	-	-	285.881
Provisões desmobilização de ativos, obrigações ambientais	140.246	122.325	313.761	1.284.670	1.861.002
	3.370.180	1.508.893	2.652.826	2.050.563	9.582.462
	2024				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 a 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	448.383	461.425	2.434.319	1.538.306	4.882.433
Passivos de arrendamento mercantil	129.209	164.262	34.566	61.743	389.780
Dividendos a pagar	31.835	-	-	-	31.835
Instrumentos financeiros derivativos	4.511	1.122	106	-	5.739
Fornecedores	3.155.865	120.927	-	-	3.276.792
Salários e encargos	147.082	-	-	-	147.082
Partes relacionadas	2.454	643.652	-	-	646.106
Risco sacado	176.596	-	-	-	176.596
Provisões desmobilização de ativos, obrigações ambientais	104.756	241.989	179.241	1.403.345	1.929.331
	4.200.691	1.633.377	2.648.232	3.003.394	11.485.694

(e) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são salvaguardar sua capacidade de continuidade, para que possa continuar proporcionando retorno aos acionistas e benefícios às demais partes interessadas; e manter uma estrutura de capital ótima para reduzir o custo de capital.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o nível de dividendos pagos aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir o endividamento. A Companhia monitora o capital principalmente pelo índice de alavancagem, calculado como dívida líquida sobre EBITDA Ajustado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As medidas de dívida líquida e EBITDA Ajustado não devem ser consideradas isoladamente ou como substitutas do lucro líquido ou lucro operacional, como indicadores de desempenho operacional ou como alternativas ao fluxo de caixa como medidas de liquidez. Além disso, o cálculo da Administração do EBITDA Ajustado pode ser diferente do cálculo usado por outras Companhias, incluindo concorrentes do setor de mineração e fundição, portanto, essas medidas podem não ser comparáveis às de outras Companhias.

12. Instrumentos financeiros**Política contábil**

As compras e vendas normais de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação – data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação para todos os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, se houver, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos da transação são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de recebimento de fluxo de caixa dos investimentos expiram ou a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos de patrimônio podem ser irrevogavelmente eleitos em seu reconhecimento inicial para que suas mudanças de valor justo sejam apresentadas em outros resultados abrangentes em vez de na demonstração do resultado. Como o objetivo dos instrumentos patrimoniais da Companhia é comprar mais participação em um projeto e não vender o investimento, eles são classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Em seguida, a Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

(i) Custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e para os quais os termos contratuais do ativo financeiro dão origem em datas específicas a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros ("SPPI") sobre o valor do principal em aberto.

Passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, como derivativos e alguns empréstimos e financiamentos específicos.

(ii) Valor justo através do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos que uma entidade administra com o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda de tais ativos e ativos financeiros que não geram fluxos de caixa SPPI sobre o valor do principal em aberto.

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são passivos que não foram mensurados ao custo amortizado, como derivativos e empréstimos e financiamentos que são designados pela opção de valor justo quando necessário para eliminar o descasamento contábil que surgiria se o custo amortizado fosse utilizado.

Nexa Recursos Minerais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e para os quais os termos contratuais do ativo financeiro dão origem em datas específicas a fluxos de caixa que são SPPI sobre o valor principal em aberto.

(a) Segregação por categoria

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

2025				
Ativos, conforme o balanço patrimonial	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	14	-	162.075	162.075
Aplicações financeiras	15	-	1.847	1.847
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	168.921	168.921
Contas a receber de clientes	17	456.231	139.623	595.854
Partes relacionadas	20	2.798	-	2.798
Dividendos a receber	20	34.535	-	34.535
		493.564	472.466	966.030

2025				
Passivos, conforme o balanço patrimonial	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Empréstimos e financiamentos	25	2.587.352	78.079	2.665.431
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	122.309	122.309
Fornecedores	26	1.925.766	-	1.925.766
Risco sacado	27	285.881	-	285.881
Partes relacionadas	20	920.407	-	920.407
		5.719.406	200.388	5.919.794

2024				
Ativos, conforme o balanço patrimonial	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	14	-	223.389	223.389
Aplicações financeiras	15	-	97.988	97.988
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	11.111	11.111
Contas a receber de clientes	17	830.393	180.322	1.010.715
Partes relacionadas	20	4.329	-	4.329
Dividendos a receber	20	2.096	-	2.096
		836.818	512.810	1.349.628

2024				
Passivos, conforme o balanço patrimonial	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Empréstimos e financiamentos	25	3.127.690	163.558	3.291.248
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	5.739	5.739
Fornecedores	26	3.276.792	-	3.276.792
Risco sacado	27	176.596	-	176.596
Partes relacionadas	20	646.106	-	646.106
		7.227.184	169.297	7.396.481

13. Estimativas de valor justo

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercado ativo é determinado por meio de técnicas de avaliação. A Companhia usa julgamento para selecionar entre uma variedade de métodos e faz premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes no final de cada período de relatório.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(a) Análise**

Os principais instrumentos financeiros e as premissas assumidas pela Companhia para sua valorização estão descritos abaixo:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros ativos circulantes – considerando sua natureza, prazos e vencimento, os valores contábeis aproximam-se do seu valor justo.
- Passivos financeiros – estes instrumentos estão sujeitos às taxas de juros usuais de mercado. O valor justo é baseado no valor presente dos desembolsos de caixa futuros esperados, a taxas de juros atualmente disponíveis para dívidas com vencimentos e prazos semelhantes e ajustadas pelo risco de crédito da Companhia. Os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, exceto para determinados contratos para os quais a Companhia optou pela opção de valor justo.
- Instrumentos financeiros derivativos – o valor justo é determinado pelo cálculo de seu valor presente por meio de curvas de juros nas datas de fechamento. As curvas e preços utilizados no cálculo para cada grupo de instrumentos são desenvolvidos com base em dados da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – B3, Banco Central do Brasil, LME e Bloomberg, interpolados entre os vencimentos disponíveis. Os principais instrumentos financeiros derivativos são:
 - Contratos de *swap* – o valor presente dos ativos e passivos é calculado através do desconto dos fluxos de caixa previstos pela taxa de juros da moeda em que o *swap* é denominado. A diferença entre o valor presente dos ativos e dos passivos gera seu valor justo.
 - Contratos a termo – o valor presente é estimado descontando o valor nominal multiplicado pela diferença entre o preço futuro na data de referência e o preço contratado. O preço futuro é calculado usando o rendimento de conveniência do ativo subjacente. É comum o uso de contratos a termo asiáticos sem entrega para cobertura de posições de metais não ferrosos. Os contratos asiáticos são derivativos em que o subjacente é o preço médio de determinado ativo em um intervalo de dias.
 - Contratos de opções – o valor presente é estimado com base no modelo *Black e Scholes*, com premissas que incluem preço do ativo subjacente, preço de exercício, volatilidade, prazo de vencimento e taxa de juros. O preço do ativo subjacente é o preço médio da taxa de câmbio no mês de fixação.

Nexa Recursos Minerais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Hierarquia de valor justo

Os ativos e passivos financeiros reconhecidos e mensurados pelo valor justo foram classificados como Nível 2 na hierarquia de mensuração do valor justo, conforme segue:

	2025	
	Nível 2	Total
Ativo		
Instrumentos financeiros derivativos	168.921	168.921
Contas a receber de clientes	139.623	139.623
	308.544	308.544
Passivo		
Instrumentos financeiros derivativos	122.309	122.309
Empréstimos e financiamentos (i)	78.079	78.079
	200.388	200.388
	2024	
	Nível 2	Total
Ativo		
Instrumentos financeiros derivativos	11.111	11.111
Contas a receber de clientes	180.322	180.322
	191.433	191.433
Passivo		
Instrumentos financeiros derivativos	5.739	5.739
Empréstimos e financiamentos (i)	163.558	163.558
	169.297	169.297

(i) Conforme explicado acima, alguns empréstimos e financiamentos são mensurados pelo valor justo. O valor contábil de outros instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado não difere significativamente de seu valor justo.

A Companhia divulga as mensurações do valor justo com base em seu nível na seguinte hierarquia de mensuração do valor justo:

Nível 1:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos negociados em mercados ativos na data do balanço. Um mercado é considerado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis em uma bolsa, revendedor, corretor, grupo industrial, serviço de precificação ou agência reguladora, e esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em condições de mercado. O preço de mercado cotado utilizado para ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de oferta atual.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia ativos e passivos financeiros avaliados a valor justo classificados como Nível 1.

Nível 2:

Instrumentos financeiros não negociados em um mercado ativo para o qual o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação, quando todos os dados significativos necessários para identificar o valor justo de um instrumento são observáveis. As técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- Os preços cotados de mercado ou cotações do negociante para instrumentos semelhantes são usados quando disponíveis;
- Os valores justos dos *swaps* de taxa de juros são calculados pelo valor presente do fluxo de caixa futuro estimado com base em curvas de juros observáveis; e
- O valor justo dos contratos de câmbio a prazo é determinado utilizando as taxas de câmbio a prazo na data do balanço, com o valor resultante descontado a valor presente.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Outras técnicas, como análise de fluxo de caixa descontado, são utilizadas para determinar o valor justo dos demais instrumentos financeiros.

Nível 3:

As entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (ou seja, entradas não observáveis) são classificadas como Nível 3.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia ativos e passivos financeiros avaliados a valor justo classificados como Nível 3.

14. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os descobertos bancários são apresentados em Empréstimos e financiamentos no passivo circulante no balanço patrimonial.

(a) Composição

	2025	2024
Moeda nacional		
Caixa e bancos	4.965	6.327
Depósitos bancários	91.384	126.748
Moeda estrangeira		
Caixa e bancos	65.726	90.314
	162.075	223.389

A rentabilidade média para os montantes alocados em caixa e equivalentes de caixa em moeda local é equivalente a 97,89% a.a. do CDI (31 de dezembro de 2024 – 96,93% a.a. do CDI).

15. Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras são principalmente investimentos de curto prazo que não atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa. As aplicações financeiras são utilizadas como parte da estratégia de gerenciamento de caixa da Companhia e são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

(a) Composição

	2025	2024
Quotas de fundos de investimento (i)	1.847	97.988
	1.847	97.988

(i) O fundo de investimento é detido exclusivamente pela Votorantim S.A. e suas subsidiárias. A carteira do fundo é composta por acordos de recompra de títulos do tesouro.

16. Instrumentos Financeiros Derivativos

Política contábil

Os derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são posteriormente mensurados pelo valor justo. Os derivativos são utilizados apenas para fins de mitigação de risco e não como investimentos especulativos. Quando os derivativos não atendem aos critérios de contabilidade de *hedge*, são classificados como mantidos para negociação e contabilizados pelo valor justo por meio do resultado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia documenta no início da operação de *hedge* a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens cobertos, bem como seus objetivos de gerenciamento de risco e estratégia para realizar as operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* quanto de forma contínua, se os derivativos que são usados em transações de *hedge* e contabilizados como *hedge accounting* foram e continuarão sendo altamente eficazes na compensação de mudanças no valor justo ou fluxo de caixa dos itens protegidos.

(i) Hedge de fluxo de caixa

Os derivativos designados para reconhecimento contábil de *hedge* são qualificados como *hedge* de fluxo de caixa quando estão relacionados a uma transação prevista altamente provável. A parcela efetiva das mudanças no valor justo é reconhecida no patrimônio líquido em "Outros resultados abrangentes acumulados" e é subsequentemente reclassificada para a demonstração do resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados protegidos afetam a demonstração do resultado.

O ajuste de reclassificação é reconhecido na mesma linha da demonstração do resultado afetada pela transação prevista altamente provável, enquanto os ganhos ou perdas relacionadas à parcela não efetiva são reconhecidos imediatamente como "Outras receitas e despesas, líquidas".

Quando um instrumento de *hedge* expira, é vendido ou deixa de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, qualquer ganho ou perda cumulativa existente no patrimônio líquido naquele momento permanece no patrimônio líquido e é reconhecido quando a transação prevista é finalmente reconhecida na demonstração do resultado. Quando uma transação prevista não é mais esperada, o ganho ou perda acumulado anteriormente contabilizado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Outras receitas e despesas, líquidas".

Atualmente, a Companhia classifica como *hedge* de fluxo de caixa apenas as estratégias relacionadas a descasamentos de períodos de cotação.

(ii) Hedge de valor justo

Os derivativos designados para contabilidade de *hedge* são qualificados como *hedge* de valor justo quando estão relacionados a ativos ou passivos já reconhecidos no balanço patrimonial. As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo e as variações no valor justo do item protegido são registradas na demonstração do resultado no mesmo período.

(iii) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados como instrumentos de *hedge* são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outras receitas e despesas, líquidas" quando relacionadas ao risco de preço e em "Resultados financeiros líquidos" quando relacionadas ao risco de taxa de juros ou taxa de câmbio.

Atualmente, a Companhia não designa como instrumentos de *hedge* as estratégias relacionadas à venda de zinco a preço fixo.

Nexa Recursos Minerais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Valor justo por estratégia

Programas	Unidade	Valor principal	2025		2024	
			Valor justo	Valor principal	Valor justo	Valor principal
Hedges para incompatibilidades de períodos cotacionais						
Termo de zinco	ton	64.027	4.153	40.384	4.684	
			4.153		4.684	
Hedges de operações de venda de zinco a preço fixo						
Termo de zinco	ton	1.052	2.720	900	1.727	
			2.720		1.727	
Risco com taxa de juros						
IPCA vs. CDI	BRL	100.000	(2.319)	100.000	(1.039)	
CDI vs. USD	BRL	650.000	42.058	-	-	
			39.739		(1.039)	
			46.612		5.372	
Ativo circulante			69.194		11.093	
Ativo não circulante			99.727		18	
Passivo circulante			(8.459)		(4.511)	
Passivo não circulante			(113.850)		(1.228)	

Legenda:

CDI – Certificado de Depósito Interbancário

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

(b) Alocação do valor justo

	CPV	Receita	Resultado financeiro	2025	
				Outros resultados abrangentes	Ganho (perda) realizada
Termo de zinco - <i>Hedge</i> para Período Cotacional	(40.340)	3.950	-	2.225	33.634
Termo de zinco - <i>Hedge</i> de Operações Comerciais a Preço Fixo	-	6.632	-	-	(5.640)
<i>Swaps</i> taxa flutuante em IPCA	-	-	(3.115)	-	1.836
<i>Swaps</i> taxa fixa em EUR	-	-	74.570	-	(32.512)
	(40.340)	10.582	71.455	2.225	(2.682)

	CPV	Receita	Resultado financeiro	2024	
				Outros resultados abrangentes	Ganho (perda) realizada
Termo de zinco - <i>Hedge</i> para Período Cotacional	(24.312)	14.392	-	1.447	16.164
Termo de zinco - <i>Hedge</i> de Operações Comerciais a Preço Fixo	-	5.055	-	-	(6.665)
<i>Swaps</i> taxa flutuante em IPCA	-	-	344	-	796
<i>Swaps</i> taxa fixa em EUR	-	-	6.843	-	(6.843)
	(24.312)	19.447	7.187	1.447	3.452

17. Contas a receber de clientes

Política contábil

As contas a receber de clientes são valores devidos de clientes por mercadorias vendidas no curso normal dos negócios da Companhia.

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas por:

Nexa Recursos Minerais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Valor justo por meio do resultado quando relacionados à carteira de recebíveis da Companhia que está incluída em um programa de *forfaiting* pelo qual a Companhia, a seu critério, pode descontar certas contas a receber de clientes em aberto e receber pagamentos antecipados. O programa é utilizado para atender às necessidades de liquidez de curto prazo. As contas a receber de clientes desse programa são baixadas, uma vez que todos os riscos e benefícios, controle dos ativos e direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos são transferidos para a contraparte.

(ii) Valor justo por meio do resultado quando relacionados a vendas que são posteriormente ajustadas às variações de preços na LME. Essas contas a receber não atendem aos critérios do SPPI porque há um componente de risco de preço de *commodities* que modifica os fluxos de caixa que de outra forma seriam exigidos pelo contrato de venda.

(iii) Custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, menos redução ao valor recuperável, quando os recebíveis não atendem às classificações mencionadas anteriormente.

O risco de crédito pode surgir do não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações contratuais com a Companhia. Para garantir uma avaliação eficaz do risco de crédito, a administração aplica procedimentos relacionados à solicitação de concessão e aprovação de crédito, renovação de limites de crédito, monitoramento contínuo da exposição de crédito em relação aos limites estabelecidos e eventos que desencadeiam exigências de prazos de pagamento garantidos. Como parte do processo da Companhia, as exposições de crédito com todas as contrapartes são monitoradas e avaliadas regularmente.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 para mensurar as perdas por redução ao valor recuperável para contas a receber de clientes. Essa abordagem requer o uso das perdas de crédito esperadas ao longo da vida em suas contas a receber de clientes mensuradas pelo custo amortizado. Para calcular as perdas de crédito esperadas ao longo da vida, a Companhia utilizou uma matriz de provisão e informações prospectivas. As adições para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes estão incluídas nas despesas de vendas. As contas a receber de clientes são geralmente baixadas quando não há expectativa de recuperação de caixa adicional.

(a) Composição

	2025	2024
Contas a receber de clientes	179.049	235.631
Partes relacionadas - nota 20	430.648	794.381
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(13.843)	(19.297)
	595.854	1.010.715

(b) Movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(19.297)	(18.944)
Adições	(4.172)	(33.304)
Reversões	9.626	32.951
Saldo no final do exercício	(13.843)	(19.297)

(c) Análise por moeda

	2025	2024
Reais	78.250	158.066
Dólar Norte-Americano	517.422	852.467
Euro	182	182
	595.854	1.010.715

Nexa Recursos Minerais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Contas a receber por faixa de vencimento

	2025	2024
À vencer	520.557	684.927
Vencidos até 3 meses	8.866	243.786
Vencidos de 3 a 6 meses	2.931	3.672
Vencidos há mais de 6 meses	77.343	97.627
	609.697	1.030.012
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(13.843)	(19.297)
	595.854	1.010.715

Parte substancial é com sua controladora e a Companhia não constituiu provisão dado ao fato de não haver histórico de perdas e por possui expectativa de que receberá a totalidade dos valores em aberto.

18. Estoques

Política contábil

O estoque é demonstrado pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas gerais fixas de produção (com base na capacidade operacional normal). Os custos indiretos de produção variáveis são incluídos no custo de estoque com base no nível de produção real. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido de quaisquer despesas adicionais de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. A provisão para estoque obsoleto - produtos acabados, produtos semiacabados, matérias-primas e materiais auxiliares - é constituída quando os itens não podem ser utilizados na produção normal ou vendidos por estarem danificados ou não atenderem às especificações da Companhia. A provisão para movimentação lenta é reconhecida para itens de estoque que excedem o uso normal esperado ou a venda. O valor da provisão de baixa movimentação reconhecida é determinado com base em 20% do valor contábil para cada período de seis meses sem uso ou venda.

(a) Composição

	2025	2024
Produtos acabados	162.292	122.679
Produtos semiacabados	441.104	379.287
Matérias-primas	125.944	102.129
Materiais auxiliares e de consumo	353.834	287.134
Importações em andamento	163.417	36.409
Provisão para obsolescência e baixo giro (i)	(126.581)	(81.369)
	1.120.010	846.269

(i) O aumento da provisão para estoques de baixo giro em 2025 decorre da maior identificação de materiais de manutenção que permaneceram sem utilização por períodos prolongados. O movimento reflete restrições temporárias de uso em determinados insumos e componentes industriais.

(b) Movimentação da estimativa de perdas de estoques

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(81.369)	(70.942)
Adições (i)	(155.097)	(83.713)
Reversões	109.885	73.286
Saldo no final do exercício	(126.581)	(81.369)

(i) As adições foram diretamente influenciadas pela provisão para obsolescência e baixo giro para materiais de manutenção, resultando em montante superior ao registrado no exercício anterior.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	2025	2024
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	181.219	244.591
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	180.887	203.534
Programa de Integração Social - PIS	39.248	53.074
Imposto de Renda e Contribuição Social - IRPJ e CSLL	48.599	47.240
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	1.156	1.827
Crédito tributário	7.484	3.106
Outros	1.821	5.771
	460.414	559.143
Circulante	35.070	220.399
Não circulante	425.344	338.744
	460.414	559.143

Nexa Recursos Minerais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Partes relacionadas

As partes relacionadas da Companhia são as empresas controladas, coligadas, entidades relacionadas, a controladora e pessoal-chave da Administração da Companhia.

(a) Balanço patrimonial

	Contas a receber de clientes		Dividendos a receber		Partes relacionadas ativo		Fornecedores		Dividendos a pagar		Partes relacionadas passivo	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Sociedade controladora												
Nexa Resources S.A. (i)	414.901	784.480	-	-	1.051	1.769	499.263	2.065.051	31.835	31.835	343.879	318
Sociedade controladas e coligadas												
Acerbrag S.A.	4.360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	52.077	41.122	-	-	-	-
L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	502	502	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	612	612	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nexa Resources Perú S.A.A	397	1.554	-	-	670	1.486	310.319	330.611	-	-	554.439	625.098
Pollarix S.A.	2	2	34.535	2.096	-	-	18.977	15.356	-	-	-	-
Votorantim Resources Cajamarquilla S.A.	750	270	-	-	913	913	175.680	101.058	-	-	-	-
Votorantim S.A.	-	-	-	-	10	10	7.786	634	-	-	22.085	20.690
Outros	9.124	6.961	-	-	154	151	2.710	5.561	-	-	4	-
	430.648	794.381	34.535	2.096	2.798	4.329	1.066.812	2.559.393	31.835	31.835	920.407	646.106
Circulante	430.648	794.381	34.535	2.096	-	-	1.066.812	2.559.393	-	-	346.662	2.454
Não circulante	-	-	-	-	2.798	4.329	-	-	31.835	31.835	573.745	643.652
	430.648	794.381	34.535	2.096	2.798	4.329	1.066.812	2.559.393	31.835	31.835	920.407	646.106

(i) O saldo de partes relacionadas – passivo, refere-se a operações de pré-pagamento de exportação, na qual a Companhia recebe antecipação dos recebíveis nas transações intermediadas pela Nexa Resources S.A. (controladora).

Nexa Recursos Minerais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Demonstração de resultado

	Compras		Vendas		Resultado Financeiro	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Sociedade controladora						
Nexa Resources S.A.	(770.496)	(1.207.215)	1.662.998	1.901.692	(19.797)	(26.641)
Sociedade controladas e coligadas						
Acerbrag S.A.	7.459	-	-	-	-	-
Andrade e Gutierrez Engenharia S.A. (i)	-	(99.008)	-	-	-	-
Campos Novos Energia S.A. (ii)	(305.317)	(270.589)	-	-	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio	(360)	(1.266)	1.862	3.509	-	-
Nexa Resources Perú S.A.A	-	-	-	547	(52.606)	(57.508)
Pollarix S.A.	(181.641)	(168.121)	-	-	-	-
Votorantim Resources Cajamarquilla S.A.	(566)	(299)	505	657	(143)	-
Votorantim S.A. (iii)	(37.954)	(46.692)	-	-	-	-
Outros	-	-	388	492	-	-
	(1.288.875)	(1.793.190)	1.665.753	1.906.897	(72.546)	(84.149)

(i) Como parte da execução do projeto de Aripuanã, a Companhia celebrou um contrato de serviços de desenvolvimento de mineração com a Andrade e Gutierrez Engenharia S.A., no qual um membro próximo da família de um diretor da Companhia pode ter influência significativa em sua participação. Além disso em junho de 2020 a Nexa BR firmou mais um contrato com o Consórcio Construtor Nova Aripuanã (consórcio do grupo Andrade Gutierrez de empresas) em conexão com serviços de construção e operação do projeto Aripuanã.

(ii) Aquisição de energia elétrica no modelo de autoprodução por equiparação.

(iii) A Companhia celebrou contrato com a VSA em 4 de setembro de 2008, para serviços prestados pelo Centro de Excelência ("CoE") da VSA relacionados às atividades administrativas, recursos humanos, *back office*, contabilidade, impostos, assistência técnica, e treinamento, entre outros. De acordo com um acordo de compartilhamento de custos, a Companhia reembolsa a VSA pelas despesas relacionadas a essas atividades em relação à Companhia.

Nexa Recursos Minerais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Investimentos

(a) Composição

	Informações das investidas 2025				Resultado da equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Percentual de participação votante (%)	Percentual de participação total (%)	2025	2024	2025	2024
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas								
Nexa Solar Vazante 2 Ltda.	-	-	-	-	-	(8.786)	-	-
Nexa Energy Comercializadora de Energia Ltda.	26.172	(1.412)	100,00	100,00	(1.412)	(6.602)	26.172	11.584
Otavi Mining Investments (Pty) Ltd.	44	232	100,00	100,00	232	(29)	44	33.560
Otjitombo Mining Proprietary Ltd.	-	67	-	-	67	(24)	-	33.973
Pollarix S.A. (i)	333.752	261.609	100,00	33,33	53.817	30.357	89.434	94.062
Votorantim Andina S.A.	32.242	960	99,99	100,00	960	771	32.242	35.233
Votorantim Metals Canadá Inc.	11.881	(650)	100,00	100,00	(650)	1.386	11.881	12.996
Votorantim Metals Namíbia Ltda.	23.818	36.850	100,00	100,00	36.850	(7.098)	23.818	(56.799)
Outros	-	-	-	-	1.336	(39)	8.783	6.745
					91.200	9.936	192.374	171.354
Ágios								
Nexa Energy Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	450	450
Pollarix S.A.	-	-	-	-	-	-	175.587	175.587
Votorantim Andina S.A.	-	-	-	-	-	-	15.602	15.602
					91.200	9.936	384.013	362.993
Investimento ativo							384.013	419.792
Provisão para perda em investidas - passivo							-	(56.799)
							384.013	362.993

(i) A participação refere-se à 100% das ações ordinárias detidas pela Companhia. Os resultados de investimento registrado na Companhia não conciliam com o percentual correspondente à participação societária em 31 de dezembro de 2025, devido ao cálculo de equivalência patrimonial considerar a desproporcionalidade dos dividendos.

Nexa Recursos Minerais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Informações sobre as Companhias investidas

											2025
	Percentual de participação votante (%)	Percentual de participação total (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado operacional	Resultado financeiro	Lucros (prejuízos) do exercício	
Controladas											
Nexa Energy Comercializadora de Energia Ltda.	100,00	100,00	30.180	-	2.575	1.433	26.172	(3.170)	1.758	(1.412)	
Otavi Mining Investments (Pty) Ltd.	100,00	100,00	28	16	-	-	44	233	(1)	232	
Otjitombo Mining Proprietary Ltd.	-	-	-	-	-	-	-	68	(1)	67	
Pollarix S.A.	100,00	33,33	253.509	324.334	202.013	42.078	333.752	248.579	13.030	261.609	
Votorantim Andina S.A.	99,99	100,00	7.486	33.203	377	8.070	32.242	(688)	1.648	960	
Votorantim Metals Canadá Inc.	100,00	100,00	5.936	5.945	-	-	11.881	(718)	68	(650)	
Votorantim Metals Namíbia Ltda.	100,00	100,00	30.945	990	8.117	-	23.818	36.290	560	36.850	

											2024
	Percentual de participação votante (%)	Percentual de participação total (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado operacional	Resultado financeiro	Lucros (prejuízos) do exercício	
Controladas											
Nexa Solar Vazante 2 Ltda.	-	100,00	-	-	-	-	-	(7.947)	(839)	(8.786)	
Nexa Energy Comercializadora de Energia Ltda.	100,00	100,00	19.046	-	7.462	-	11.584	(6.564)	(38)	(6.602)	
Otavi Mining Investments (Pty) Ltd.	100,00	100,00	11	33.551	2	-	33.560	(28)	(1)	(29)	
Otjitombo Mining Proprietary Ltd.	100,00	100,00	32	36.772	2	2.829	33.973	(23)	(1)	(24)	
Pollarix S.A.	100,00	33,33	162.374	304.772	50.583	68.730	347.833	144.823	2.746	147.569	
Votorantim Andina S.A.	99,99	100,00	8.960	35.700	344	9.082	35.234	(834)	1.605	771	
Votorantim Metals Canadá Inc.	100,00	100,00	7.020	5.976	-	-	12.996	(1.101)	2.487	1.386	
Votorantim Metals Namíbia Ltda.	100,00	100,00	9.903	3.989	399	70.292	(56.799)	(7.680)	582	(7.098)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação de investimento

	2025	2024
Saldo no início do exercício	362.993	329.065
Equivalência patrimonial	91.200	9.936
Aumento de capital (i)	60.239	64.981
Dividendos	(56.896)	(22.980)
Baixa societária (ii)	(68.969)	(31.475)
Ágio Nexa Energy	-	450
Variação cambial	(4.149)	13.136
Outros resultados abrangentes de investidas	(405)	(120)
Saldo no final do exercício	384.013	362.993
Investimento - ativo	384.013	419.792
Provisão para perdas em investidas - passivo	-	(56.799)
Saldo no final do exercício	384.013	362.993

(i) Em 2025, foram realizados aportes de capital de R\$ 40.398 na Votorantim Metal Namibia Ltda., R\$ 3.840 na Otjitombo Mining Proprietary Ltda. e R\$ 16.000 na Nexa Energy Comercializadora de Energia Ltda., totalizando R\$ 60.239 no exercício.

(ii) Em 2025, a Companhia concluiu uma reorganização societária envolvendo as investidas Otjitombo Mining Proprietary Ltda. e Otavi Mining Investments (Pty) Ltda., que deixaram de estar diretamente vinculadas à Nexa BR e passaram a integrar a estrutura societária da Votorantim Metal Namibia Ltda. Em decorrência dessa reorganização, foi registrada a baixa societária no montante total de R\$ 68.969, sendo R\$ 36.541 referentes à Otjitombo e R\$ 32.428 referentes à Otavi.

22. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou construção menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos ativos. Os custos de desenvolvimento de projetos de mineração registrados no ativo imobilizado incluem (i) custos diretos e indiretos atribuídos à construção das instalações de mineração; (ii) encargos financeiros incorridos durante o período de construção; (iii) depreciação de outros ativos imobilizados utilizados durante a construção; e, (iv) despesas estimadas de descomissionamento e restauração do local.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo, ou reconhecidos como um ativo separado conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão para a Companhia e possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de qualquer componente contabilizado como ativo separado é baixado quando substituído. Todos os outros reparos e manutenções são debitados ao resultado durante o período de divulgação em que são incorridos.

Os custos de reposição são incluídos no valor contábil do ativo quando for provável que a Companhia realizará benefícios econômicos futuros superiores aos benefícios esperados do ativo em sua condição atual. Os custos de reposição são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

O terreno não é depreciado. A depreciação de outros ativos é calculada pelo método linear para reduzir seus custos aos seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados se for o caso.

O valor contábil de um ativo é reduzido ao seu valor recuperável quando este for superior ao valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos recursos com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que requer um período substancial para se preparar para seu uso pretendido ou venda são capitalizados como parte do custo desse ativo quando for provável que benefícios econômicos futuros associado ao item fluirá para a Companhia e os custos podem ser mensurados com segurança.

Custos de desenvolvimento de mina

Em suas operações de mineração de superfície, a Companhia deve remover estéril e outros resíduos para ter acesso às jazidas de minério. O processo de remoção é referido como remoção de estéril. Durante o desenvolvimento de uma mina, antes do início da produção, quando a atividade de remoção melhora o acesso ao corpo de minério, o componente do corpo de minério para o qual o acesso foi melhorado pode ser identificado e os custos podem ser mensurados de forma confiável, um ativo de atividade de remoção é capitalizado como parte do investimento na construção da mina e é contabilizado como parte do ativo Imobilizado dentro de Obras em andamento. Posteriormente, no início da operação, os custos de desdobramento são transferidos para Edifícios e são depreciados por cálculo linear considerando a vida útil do ativo.

Os custos de remoção incorridos durante a fase de produção das operações são tratados como custos de produção e fazem parte do custo de estoque.

Projetos de mineração

A Companhia começa a capitalizar os custos de exploração e avaliação mineral de um projeto no início de sua fase de estudo de viabilidade, após a conclusão de um estudo de pré-viabilidade em que a probabilidade de viabilidade econômica foi estabelecida e onde há certeza geológica e econômica suficiente de conversão mineral recursos em reservas minerais comprovadas e prováveis em um estágio de desenvolvimento (fase de construção ou execução) ou estágio de produção com base em vários fatores, incluindo a geologia conhecida, metalurgia e planos de vida útil da mina.

Os custos capitalizados incorridos durante as etapas de exploração e avaliação mineral de um projeto são classificados dentro de Projetos de mineração, no ativo imobilizado até que o projeto inicie sua fase de desenvolvimento, e somente são depreciados pelo método das unidades de produção ("UdP") uma vez que a fase de desenvolvimento termina e a operação do projeto começa.

Os custos incorridos durante o estágio de desenvolvimento de um projeto também são capitalizados no ativo imobilizado, mas em ativos e projetos em construção. Desta forma, os custos de exploração e avaliação mineral capitalizados permanecerão dentro dos projetos de Mineração e somente serão depreciados quando a etapa de desenvolvimento terminar e a operação do projeto começar.

Uma vez finalizada a etapa de desenvolvimento e iniciada a operação do empreendimento, os custos de desenvolvimento capitalizados são reclassificados para o grupo apropriado de ativos considerando sua natureza e são depreciados de forma linear com base na vida útil dos ativos.

Com base no exposto, uma vez que um projeto comece a operar, haverá depreciação proveniente dos custos de exploração e avaliação mineral capitalizados do projeto na conta de projetos de mineração e com base no método UdP e dos custos de desenvolvimento capitalizados do projeto dentro do grupo correspondente de ativos com base sobre sua vida útil.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O valor contábil dos custos de exploração e avaliação mineral capitalizados, que permanecem dentro de projetos de Mineração, e os custos de desenvolvimento capitalizados, que estão dentro de "Obras em andamento", dos projetos são avaliados para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente ou sempre que evidências indicarem que os ativos podem estar em imparidade de acordo com a IFRS 6 e IAS 36. Caso a Companhia decida a qualquer momento pela descontinuação do projeto, este poderá ser um indicador de comprometimento que será avaliado no teste de *impairment*. Para fins desta avaliação de *impairment*, os projetos são alocados às unidades geradoras de caixa quando aplicável. O teste anual de *impairment* está divulgado na nota 31.

Consulte a nota 7 para a política contábil da Companhia relacionada a despesas de exploração mineral e custos de avaliação de projetos para projetos de mineração.

Os custos para adquirir direitos de exploração estão incluídos como Intangíveis dentro dos Direitos de uso de recursos naturais, conforme explicado na nota 23.

Obrigação de desmobilização de ativos (ARO)

Uma obrigação de baixa de ativos é uma obrigação relacionada à retirada permanente de serviço de um ativo tangível de vida longa que resulta da aquisição, construção ou desenvolvimento, ou das operações normais de um ativo tangível de vida longa. No reconhecimento inicial de uma obrigação de desmobilização de ativos e nas revisões periódicas dos desembolsos esperados e da taxa de desconto, as variações no passivo são debitadas ao ativo imobilizado.

O valor capitalizado reconhecido no ativo é depreciado pelo método das unidades de produção ("UdP"). Qualquer redução na provisão que exceda o valor contábil do ativo é reconhecida imediatamente no resultado como "Outras receitas e despesas, líquidas".

Impairment

Consulte a nota 31 para a política contábil da Companhia relacionada à redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

Nexa Recursos Minerais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

								2025
	Edifícios e construções	Terras, terrenos e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Obrigação desmobilização de ativos	Projetos minerários	Outros	Total
Saldo no início do exercício	3.557.494	61.330	2.886.676	638.762	546.247	63.044	14.391	7.767.944
Custo	4.562.962	64.176	4.589.785	638.762	688.214	63.044	51.008	10.657.951
Depreciação acumulada	(1.005.468)	(2.846)	(1.703.109)	-	(141.967)	-	(36.617)	(2.890.007)
Saldo no início do exercício	3.557.494	61.330	2.886.676	638.762	546.247	63.044	14.391	7.767.944
Adições	-	-	-	764.099	2.752	-	-	766.851
Baixas	(6)	-	(14.995)	(436)	-	-	(436)	(15.873)
Depreciação	(179.920)	(1.150)	(331.466)	-	(44.577)	-	(2.057)	(559.170)
Provisão (reversão) de <i>impairment</i> - nota 31	-	-	(15.910)	-	-	-	-	(15.910)
Transferências	295.889	-	130.979	(364.840)	-	(63.044)	204	(812)
Remensuração da obrigação com desmobilização de ativos	-	-	-	-	21.768	-	-	21.768
Saldo no final do exercício	3.673.457	60.180	2.655.284	1.037.585	526.190	-	12.102	7.964.798
Custo	4.919.298	64.175	4.573.373	1.037.585	712.734	-	49.639	11.356.804
Depreciação acumulada	(1.245.841)	(3.995)	(1.918.089)	-	(186.544)	-	(37.537)	(3.392.006)
Saldo líquido no final do exercício	3.673.457	60.180	2.655.284	1.037.585	526.190	-	12.102	7.964.798
Taxas médias anuais de depreciação %	4	5	7	-	UdP	-	11	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024							
	Edifícios e construções	Terras, terrenos e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Obrigação desmobilização de ativos	Projetos minerários	Outros	Total
Saldo no início do exercício	3.203.207	56.636	2.884.849	1.084.637	340.051	63.044	18.113	7.650.537
Custo	4.143.342	57.967	4.457.525	1.084.637	470.879	63.044	67.990	10.345.384
Depreciação acumulada	(940.135)	(1.331)	(1.572.676)	-	(130.828)	-	(49.877)	(2.694.847)
Saldo líquido no início do exercício	3.203.207	56.636	2.884.849	1.084.637	340.051	63.044	18.113	7.650.537
Adições	-	-	-	495.166	267.519	-	-	762.685
Baixas	(20.268)	(1.587)	(75.599)	(43.686)	(9.141)	-	(1.204)	(151.485)
Depreciação	(191.867)	(2.028)	(273.949)	-	(22.248)	-	(3.399)	(493.491)
Provisão (reversão) de <i>impairment</i> - nota 31	20.272	1.581	24.655	(12.578)	9.140	-	438	43.508
Transferências	546.150	6.728	326.720	(884.777)	-	-	443	(4.736)
Remensuração da obrigação com desmobilização de ativos	-	-	-	-	(39.074)	-	-	(39.074)
Saldo no final do exercício	3.557.494	61.330	2.886.676	638.762	546.247	63.044	14.391	7.767.944
Custo	4.562.962	64.176	4.589.785	638.762	688.214	63.044	51.008	10.657.951
Depreciação acumulada	(1.005.468)	(2.846)	(1.703.109)	-	(141.967)	-	(36.617)	(2.890.007)
Saldo líquido no final do exercício	3.557.494	61.330	2.886.676	638.762	546.247	63.044	14.391	7.767.944
Taxas médias anuais de depreciação %	3	5	7	-	UdP	-	4	

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Obras em andamento

O saldo é composto principalmente de projetos de expansão e otimização da Companhia.

	2025	2024
Projetos <i>sustaining</i>	753.060	475.877
Projetos de segurança, saúde e meio ambiente	103.884	84.981
Projetos de expansão e modernização	142.310	27.534
Tecnologia da informação	30.085	3.529
Outros	8.246	46.841
	1.037.585	638.762

Em 31 de dezembro de 2025 e e 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas perdas por *impairment* relacionadas a estes ativos em andamento.

23. Intangível

Política contábil

Direitos de uso de recursos naturais

Os custos significativos incorridos para a aquisição de direitos legais para explorar concessões de mineração e desenvolver propriedades minerais são capitalizados e amortizados como custos de produção quando os projetos associados iniciam sua operação comercial pelo método UdP ao longo de suas vidas úteis. As vidas úteis consideram o período de extração tanto das reservas minerais quanto dos recursos minerais, que inclui parte dos recursos inferidos da Companhia nas operações de mineração. Os custos de aquisição de direitos legais atribuídos a projetos de mineração não são depreciados até que o projeto entre em operação e as atividades de produção comecem.

Os custos incorridos são prejudicados se a Companhia determinar que os projetos e seus direitos minerários associados não possuem valor econômico futuro. Para fins de avaliação do *impairment*, os direitos de uso dos recursos naturais são alocados às unidades geradoras de caixa ("UGC"). Consulte a nota 31 para a política de contabilização de *impairment* da Companhia.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos - Quantificação de reservas minerais e recursos para cálculo de vida útil

A Companhia classifica as reservas provadas e prováveis e os recursos medidos, indicados e inferidos com base nas definições dos Requisitos Modernizados de Divulgação de Propriedade da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC) para empresas de Mineração listadas, conforme descrito na subparte 229.1300 do Regulamento S-K, divulgação por empresas listadas que possuem operações de mineração (S-K 1300) e Item 601 (b)(96) resumo do relatório técnico.

A determinação da vida útil aplicada aos direitos de uso dos recursos naturais reflete o padrão no qual se espera que os benefícios sejam obtidos pela Companhia e é baseada na vida estimada da mina. Quaisquer alterações na vida útil da mina, com base em novas informações sobre estimativas de reservas minerais e recursos minerais e plano de lavra, podem afetar prospectivamente a vida útil da mina e as taxas de amortização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O processo de estimativa de reservas minerais e recursos minerais é baseado em avaliação técnica, que inclui estimativas geológicas, geofísicas, de engenharia, ambientais, legais e econômicas e podem ter impacto relevante na viabilidade econômica das reservas minerais e recursos minerais. Essas estimativas são revisadas periodicamente, e quaisquer mudanças são refletidas na expectativa de vida da mina. A Administração está confiante com base em testes, continuidade dos corpos de minério e experiência de conversão de que parte dos recursos inferidos serão convertidos em recursos medidos e indicados, e se são economicamente recuperáveis, podendo tais recursos inferidos também serem classificados como provados e prováveis reservas minerais. Nos casos em que a Companhia pode demonstrar a recuperação econômica esperada com alto nível de confiança, os recursos inferidos são incluídos no cálculo da amortização.

No entanto, a conversão futura dos recursos inferidos é inerentemente incerta e envolve estimativas, premissas e julgamentos que podem ter um impacto relevante nos resultados das operações da Companhia.

(a) Composição e movimentação

	2025				
	Direitos sobre recursos naturais	Direito de uso de software	Ágio em empresa incorporada	Outros	Total
Saldo no início do exercício	338.735	12.378	24.072	44.100	419.285
Custo	386.433	101.459	24.072	44.100	556.064
Amortização acumulada	(47.698)	(89.081)	-	-	(136.779)
Saldo no início do exercício	338.735	12.378	24.072	44.100	419.285
Adições	47	-	-	10.869	10.916
Baixas	-	-	-	-	-
Amortização	(9.407)	(13.524)	-	-	(22.931)
Transferências	411	44.277	-	(43.876)	812
Saldo no final do exercício	329.786	43.131	24.072	11.093	408.082
Custo	386.891	110.792	24.072	11.093	532.848
Amortização acumulada	(57.105)	(67.661)	-	-	(124.766)
Saldo no final do exercício	329.786	43.131	24.072	11.093	408.082
Taxas médias anuais de amortização %	4	17	-	-	-

	2024				
	Direitos sobre recursos naturais	Direito de uso de software	Ágio em empresa incorporada	Outros	Total
Saldo no início do exercício	351.271	14.258	24.072	15.132	404.733
Custo	386.226	98.130	24.072	15.132	523.560
Amortização acumulada	(34.955)	(83.872)	-	-	(118.827)
Saldo no início do exercício	351.271	14.258	24.072	15.132	404.733
Adições	-	-	-	28.054	28.054
Baixas	(340)	(641)	-	-	(981)
Amortização	(10.987)	(6.270)	-	-	(17.257)
Transferências	(1.209)	5.031	-	914	4.736
Saldo no final do exercício	338.735	12.378	24.072	44.100	419.285
Custo	386.433	101.459	24.072	44.100	556.064
Amortização acumulada	(47.698)	(89.081)	-	-	(136.779)
Saldo no final do exercício	338.735	12.378	24.072	44.100	419.285
Taxas médias anuais de amortização %	5	3	-	-	-

24. Ativo de direito de uso e passivos de arrendamentos**Política contábil**

Ativos de direito de uso representam o direito de usar um ativo subjacente pelo prazo do arrendamento e passivos de arrendamento representam a obrigação da Companhia de fazer pagamentos de arrendamento decorrentes do arrendamento. Os termos do arrendamento são negociados com base em ativos individuais e as disposições contratuais contêm uma ampla gama de termos e condições diferentes. Os contratos de arrendamento não impõem nenhuma cláusula, mas os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

A Companhia contabiliza componentes não relacionados a arrendamento, como custos de serviço, separadamente, sempre que aplicável. Os termos de arrendamento da Nexa BR podem incluir opções para estender ou rescindir o arrendamento e quando for razoavelmente certo que exerceremos essa opção, o efeito financeiro é incluído na mensuração do contrato. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos em uma base linear como uma despesa no lucro ou prejuízo. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos sem uma opção de compra.

Mensuração

Os passivos decorrentes de um contrato de arrendamento são inicialmente mensurados com base no valor presente, usando a abordagem da taxa de empréstimo incremental. A taxa de empréstimo incremental é determinada pela Companhia com base em custos financeiros equivalentes que seriam cobrados por uma contraparte para uma transação com a mesma moeda e um valor, prazo e risco semelhantes do contrato de arrendamento. O custo financeiro cobrado na demonstração de resultados produz uma taxa de juros periódica constante ao longo do prazo do arrendamento. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de empréstimo incremental estava entre 7,90% e 16,50% para o Brasil.

Os contratos de arrendamento são reconhecidos como um passivo com um ativo de direito de uso correspondente na data em que o ativo arrendado está disponível para uso pela Companhia. O ativo de direito de uso também inclui quaisquer pagamentos de arrendamento feitos, e é amortizado ao longo do menor entre a vida útil do ativo e o prazo do arrendamento em uma base linear. Despesas de amortização são classificadas em "Custo das vendas" ou "Despesas administrativas" com base na designação dos ativos relacionados. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no lucro ou prejuízo se o valor contábil do ativo de direito de uso foi reduzido a zero.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Ativos de direito de uso

					2025	2024
	Terras, Terrenos e Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Total	Total
Saldo no início do exercício	35.139	202.444	1.989	25.596	265.168	310.052
Custo	53.240	436.321	4.266	75.275	569.102	523.945
Amortização acumulada	(18.101)	(233.877)	(2.277)	(49.679)	(303.934)	(213.893)
Saldo no início do exercício	35.139	202.444	1.989	25.596	265.168	310.052
Novos contratos	359	128.861	4.171	3.701	137.092	76.310
Baixas	-	-	-	-	-	(30.473)
Amortização	(2.913)	(106.159)	(1.348)	(18.878)	(129.298)	(91.631)
Remensuração de principal	1.108	6.255	1.023	19.225	27.611	910
Saldo no final do exercício	33.693	231.401	5.835	29.644	300.573	265.168
Custo	37.338	354.814	7.395	51.874	451.421	569.102
Amortização acumulada	(3.645)	(123.413)	(1.560)	(22.230)	(150.848)	(303.934)
Saldo no final do exercício	33.693	231.401	5.835	29.644	300.573	265.168
Taxa média anual de amortização %	5	5	5	5	-	-

(b) Passivos de arrendamento mercantil

	2025	2024
Saldo no início do exercício	308.050	327.045
Novos contratos	137.092	76.310
Baixas	-	(27.567)
Remensuração de principal	27.611	910
Pagamento de passivos de arrendamentos	(151.744)	(85.469)
Pagamento de juros	(38.087)	(36.401)
Juros acruados	38.087	36.401
Varição cambial	17.703	16.821
Saldo no final do exercício	338.712	308.050
Passivo circulante	134.250	100.336
Passivo não circulante	204.462	207.714

25. Empréstimos e Financiamentos**Política contábil**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, a menos que sejam designados como opção de valor justo, se necessário para eliminar o descasamento contábil que ocorreria se fosse utilizado o custo amortizado. Qualquer diferença entre os recursos (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado como despesa de juros ao longo do prazo dos empréstimos pelo método da taxa efetiva de juros, exceto para os empréstimos mensurados ao valor justo.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por pelo menos 12 meses após o período de divulgação.

As taxas pagas no estabelecimento de linhas de crédito são reconhecidas como custos de transação do empréstimo na medida em que seja provável que parte ou toda a linha de crédito seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que ocorra o saque. Na medida em que não haja evidência de que seja provável que parte ou a totalidade da linha de crédito seja sacada, a taxa é capitalizada como um pré-pagamento por serviços de liquidez e amortizada durante o período da linha de crédito a que se refere.

Nexa Recursos Minerais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante	Não circulante	Total		Valor Justo	
				2025	2024	2025	2024
				Total	Total	Total	Total
Moeda Nacional							
BNDES	TJLP + 2,82% SELIC + 3,10% IPCA + 5,85%	155.666	809.230	964.896	1.098.499	900.844	969.498
Agência de fomentos	TJLP + 0,86%	13.614	66.899	80.513	77.351	67.356	59.093
Debêntures	CDI + 1,50%	25.282	646.690	671.972	664.498	674.269	650.268
		194.562	1.522.819	1.717.381	1.840.348	1.642.469	1.678.859
Moeda estrangeira							
Nota de crédito exportação	SOFR + 2,40% SOFR TERM + 2,50%	5.160	666.953	672.113	1.140.225	671.996	1.143.949
Cédula de crédito bancário	SOFR TERM + 2,57%	817	275.120	275.937	310.675	272.887	304.883
		5.977	942.073	948.050	1.450.900	944.883	1.448.832
		200.539	2.464.892	2.665.431	3.291.248	2.587.352	3.127.691
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos (principal)		161.305					
Juros sobre empréstimos e financiamentos		39.234					
		200.539					

Legenda:

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CDI – Certificado de Depósito Interbancário

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia

SOFR – *Secured Overnight Financing Rate*

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional. Até dezembro de 2017, a TJLP era o custo básico de financiamentos do BNDES. A partir de janeiro de 2018 a Taxa de Longo Prazo (TLP) passou a ser o principal custo financeiro dos financiamentos do BNDES.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) **Movimentação**

	2025	2024
Saldo no início do exercício	3.291.248	2.483.649
Captações	236.967	1.018.090
Provisão de juros	302.508	296.872
Ajuste a valor justo - Nota 9	(11.635)	18.358
Amortização dos custos de captação	3.040	2.605
Alteração no valor justo do passivo financeiro atribuível a alteração do risco de crédito da Companhia	1.585	8.160
Juros pagos	(300.105)	(292.953)
Renegociação de dívidas	-	(12.990)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(701.679)	(551.631)
Variação cambial	(156.339)	332.486
Adições dos custos de captação	(159)	(11.398)
Saldo no final do exercício	2.665.431	3.291.248

(c) **Perfil de vencimento**

	2026	2027	2028	2029	2030	A partir de 2031	2025 Total
Moeda nacional							
BNDES	155.665	103.501	103.501	75.187	75.187	451.855	964.896
Agência de Fomentos	13.614	13.380	13.380	13.380	13.380	13.379	80.513
Debêntures (i)	25.282	(1.019)	(1.019)	(1.019)	649.745	2	671.972
Moeda estrangeira							
Nota de crédito exportação (i)	5.160	162.393	(2.680)	507.240	-	-	672.113
Cédula de crédito bancário	817	-	275.120	-	-	-	275.937
	200.538	278.255	388.302	594.788	738.312	465.236	2.665.431

(i) Os saldos negativos referem-se à amortização dos custos (taxas) relacionados ao financiamento.

(d) **Análise por moeda**

	2025		2024	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Real	194.562	1.522.819	1.717.381	1.840.348
Dólar norte-americano	5.977	942.073	948.050	1.450.900
	200.539	2.464.892	2.665.431	3.291.248

(e) **Análise por indexador**

	2025		2024	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Moeda nacional				
CDI	25.282	646.690	671.972	664.498
TJLP	31.414	66.899	98.313	116.509
BNDES Selic	39.555	-	39.555	80.639
TLP	98.311	809.230	907.541	978.702
	194.562	1.522.819	1.717.381	1.840.348
Moeda estrangeira				
SOFR	5.977	942.073	948.050	1.450.900
	5.977	942.073	948.050	1.450.900
	200.539	2.464.892	2.665.431	3.291.248

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(f) Captação de novos empréstimos**

Em 13 de maio de 2025, para reforçar sua posição de liquidez de curto prazo, a Companhia contratou um ACC com uma instituição financeira de primeira linha, no valor principal de R\$ 223.700, à taxa de juros de 5,35% ao ano. O empréstimo tinha prazo de seis meses e foi liquidado em uma única parcela mediante a apresentação da documentação de exportação, conforme estabelecido no contrato de dívida. No vencimento, a Companhia liquidou integralmente o ACC, pagando o valor principal e de juros acumulados. Após essa liquidação, não restou saldo em aberto nessa linha.

Em 17 de dezembro de 2025, no âmbito do financiamento contratado junto à FINEP, a Companhia realizou a liberação do Contrato FINEP nº 02.21.0106.00, no valor de R\$ 12.600, atualizados pela URTJ 01, à taxa de 0,86% ao ano. O contrato possui vencimento final em 15 de dezembro de 2031, com amortização de principal e encargos conforme cronograma estabelecido no instrumento da dívida.

(g) Pagamento parcial antecipado de contrato de Nota de Crédito à Exportação

Em 29 de dezembro de 2025, a Companhia realizou um pagamento parcial de sua *Export Credit Note* com vencimento em 2027, que originalmente tinha saldo de principal de R\$ 557.307. A Companhia pagou R\$ 333.858 de principal, juntamente com R\$ 5.828 de juros acumulados associados à parcela liquidada. Após essa transação, em 31 de dezembro de 2025, o saldo remanescente da *Export Credit Note* era de R\$ 165.072 de principal, acrescido dos correspondentes juros acumulados.

(h) Garantias e obrigações contratuais

A Companhia possui determinados empréstimos e contratos de financiamento sujeitos a certos *covenants* financeiros em nível consolidado, tais como (i) índice de alavancagem, (ii) índice de capitalização e (iii) índice de cobertura do serviço da dívida, que são mensurados anualmente ao final de cada período de reporte. Quando aplicável, essas obrigações de cumprimento são padronizadas para todos os contratos de dívida.

Em caso de descumprimento de qualquer dos *covenants* financeiros, a Companhia tem a possibilidade de remediar a situação mediante a concessão de garantias reais, fianças ou apresentação de garantias bancárias para os saldos devedores totais, dentro de um prazo que varia de 60 (sessenta) a 120 (cento e vinte) dias a partir da data de entrega das demonstrações financeiras consolidadas ou da data da comunicação formal por escrito emitida pelo banco, após o banco ter recebido o relatório de cumprimento dos *covenants* da Companhia, dependendo de cada contrato. Caso a Companhia não forneça nenhuma das medidas corretivas dentro do período estipulado, isso poderá resultar na antecipação do vencimento dos empréstimos. Como resultado, a Companhia pode perder o direito de postergar os pagamentos por mais de 12 meses e, conseqüentemente, poderá ter que classificar os empréstimos como passivos circulantes.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não estava em conformidade com um dos *covenants* financeiros incluídos nos contratos de empréstimo com o BNDES, referente ao índice de capitalização, que é medido como Patrimônio Líquido/Ativos Totais e deve ser igual ou superior a 0,3. Em 19 de fevereiro de 2025, a Companhia obteve uma dispensa formal da medição do *covenant*. Essa dispensa permitiu a substituição e cancelamento das garantias bancárias. Como resultado, o teste do *covenant* e quaisquer direitos associados de vencimento antecipado foram dispensados em relação às demonstrações financeiras de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ao longo de 2025, a Companhia esteve envolvida em negociações com o BNDES e, em 22 de dezembro de 2025, a Companhia assinou uma carta com o BNDES ("a Carta") autorizando: (i) a dispensa dos *covenants* financeiros aplicáveis ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) a substituição desses *covenants* por uma nova obrigação contratual de manter um *rating* de crédito corporativo mínimo. A dispensa e substituição desses *covenants* já estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025, embora as correspondentes alterações aos contratos de empréstimo devam ser formalizadas dentro de 120 dias a partir da emissão dessa Carta.

De acordo com a Carta, os antigos *covenants* de índices financeiros foram substituídos por *ratings* mínimos de crédito corporativo em escala global, conforme segue: (i) Fitch Ratings: BB+; e (ii) Moody's: Ba3.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava em conformidade com esses *ratings* e a Administração não identificou quaisquer condições que indicassem um possível rebaixamento abaixo dos níveis exigidos.

Como a Carta foi emitida antes do final do ano e confere um direito legalmente aplicável e incondicional de postergar o pagamento, não existia evento de inadimplência na data do relatório. Assim, os antigos requisitos de *covenant* não afetam mais a classificação ou o perfil de vencimento do empréstimo.

A substituição dos antigos índices financeiros por um *covenant* de *rating* mínimo não altera a substância econômica do contrato de financiamento. A partir da emissão da Carta, o vencimento antecipado somente pode ser acionado se a Companhia deixar de manter os *ratings* exigidos, sujeito aos períodos de cura contratuais aplicáveis. Dessa forma, somente a parcela do financiamento do BNDES originalmente programada para liquidação dentro de doze meses após 31 de dezembro de 2025 é classificada como passivo circulante, sendo o saldo remanescente classificado como passivo não circulante.

26. Fornecedores

Política contábil

As contas a pagar a fornecedores representam passivos por bens e serviços que foram fornecidos à Companhia antes do final do exercício e que não foram pagos. Os fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo circulante, a menos que o pagamento não seja devido em até 12 meses após o período de relatório. Esses valores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e posteriormente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

	2025	2024
Fornecedores	858.954	717.399
Partes relacionadas - nota 20	1.066.812	2.559.393
	1.925.766	3.276.792

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

27. Risco sacado

A Companhia possui contratos com alguns fornecedores cujo pagamento comercial varia entre 30 e 150 dias, sem qualquer garantia adicional. Nestes contratos, o fornecedor tem a opção de solicitar a um banco o adiantamento do pagamento de sua fatura comercial dentro de 150 dias, antes do vencimento da fatura. Como resultado desses contratos entre os fornecedores e o banco, os termos comerciais acordados com a Companhia não se alteram. De acordo com o acordo comercial, o fornecedor comunica à Companhia seu interesse em vender a fatura ao banco, e é apenas o fornecedor que pode decidir vender sua fatura a qualquer momento durante o período comercial. Com esta opção, os fornecedores podem melhorar sua posição de capital de giro. O banco paga ao fornecedor com um desconto de juros e a Companhia assume parte do pagamento de juros ao fornecedor. No entanto, Companhia entende que a apresentação separada dessas contas dentro de "Risco sacado" é relevante para a compreensão da posição financeira da Companhia.

Com base nos conceitos do IFRS 9, a Companhia avalia se o acordo de prorrogação do prazo de pagamento modifica substancialmente a obrigação original com base em avaliações qualitativas e quantitativas. Se a obrigação original não foi substancialmente modificada, a obrigação original permanece e é divulgada como "Risco sacado". Se a obrigação original foi substancialmente modificada, a Companhia desconsidera a obrigação original (Risco sacado) e reconhece uma nova obrigação financeira como "Outras obrigações financeiras". Qualquer ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Companhia concluiu que, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as transações mantêm sua essência como "Risco sacado", levando em consideração a política de avaliação da Nexa Recursos Minerais S.A.

Os pagamentos dos valores principais são apresentados dentro do "caixa líquido provenientes das atividades operacionais" na demonstração do fluxo de caixa da Companhia, de acordo com o IAS 7, já que a Companhia classifica as transações como risco sacado.

(a) Saldo contábil dos passivos financeiros:

	2025	2024
Mercado interno	285.881	176.596

Em 31 de dezembro de 2025, as instituições financeiras pagaram o valor total de risco sacado aos fornecedores.

(b) Intervalo de datas de vencimento dos pagamentos.

	2025 Dias após a fatura	2024 Dias após a fatura
Obrigações que fazem parte do risco sacado	60 - 150	30 - 120
Contas a pagar comerciais comparáveis que não fazem parte das contas a pagar confirmadas	30 - 150	30 - 120

(c) Alterações não monetárias

Não houve combinações de negócios ou variações cambiais relevantes em nenhum dos períodos.

28. Obrigação de barragens, desmobilização de ativos, passivo ambiental e barragens**Política contábil**

A provisão para obrigações de desmobilização de ativos inclui os custos de restauração e fechamento dos ativos de mineração e é reconhecida em função do desenvolvimento ou produção mineral, com base no valor presente líquido dos custos estimados de fechamento. As obrigações de barragens relativas às descaracterizações de suas estruturas incluem custos estimados obrigatórios conforme exigido pelo Governo Brasileiro. A Administração usa seu julgamento e experiência anterior para determinar o escopo potencial do trabalho de reabilitação necessário e os custos relacionados associados a esse trabalho, que são reconhecidos como "Ativo imobilizado" para obrigações de retirada de ativos relacionadas a ativos de mineração em operação ou como "Outras receitas e despesas" para estruturas não operacionais e para descaracterização de barragens. As obrigações ambientais incluem custos relacionados à reabilitação de áreas danificadas pela Companhia em suas ações extrativistas (por exemplo - contaminação do solo, contaminação da água, entre outros) ou penalidades. Portanto, torna-se um evento que cria obrigações quando esses danos ambientais são detectados pela Companhia, quando uma nova lei exige que os danos existentes sejam retificados ou quando a Companhia aceita publicamente qualquer responsabilidade pela retificação, criando uma obrigação construtiva. Os custos para remediar uma eventual contaminação inesperada, que dê origem a uma perda provável e possa ser estimada com segurança, devem ser reconhecidos em outras receitas e despesas na demonstração do resultado.

Além disso, os investimentos em infraestrutura, máquinas e equipamentos referentes a melhorias operacionais para evitar futuros danos ambientais, não são provisionados, pois se espera que esses ativos tragam benefícios econômicos futuros para as unidades operacionais, sendo assim capitalizados como ativo imobilizado.

Os fluxos de caixa são descontados a valor presente usando uma taxa ajustada ao risco de crédito que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo a ser restaurado. Os encargos de taxa de juros relativos ao passivo são reconhecidos como despesa de acréscimo no resultado financeiro líquido. A diferença no valor de liquidação do passivo é reconhecida na demonstração do resultado.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O reconhecimento inicial e as revisões subsequentes das obrigações de desmobilização de ativos, barragens e obrigações ambientais consideram custos críticos de fechamento e reparos futuros e diversas premissas como taxas de juros, inflação, vida útil dos ativos e o momento estimado em que o dispêndio será executado. Essas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia ou quando houver mudança relevante nessas premissas.

As estimativas de custo podem variar em resposta a muitos fatores de cada local que incluem tempo, vida esperada da mina, mudanças nos requisitos legais ou governamentais relevantes e compromissos com as partes interessadas, revisão das opções de remediação e abandono, surgimento de novas técnicas de restauração, entre outros. Os projetos de engenharia para cada passivo encontram-se em diferentes estágios de maturidade, alguns deles ainda em fase de engenharia conceitual, para os quais a estimativa de gastos inclui em sua metodologia um alto grau de incerteza na definição do custo total do projeto de acordo com melhores práticas de mercado.

Especialistas externos apoiam o processo de estimativa de custos quando apropriado. Esses fatores isolados ou consolidados podem afetar significativamente os resultados financeiros futuros e a posição do balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

				2025	2024
	Obrigações com desmobilização de ativos	Obrigações ambientais	Obrigações com descaracterização de barragens (iii)	Total	Total
Saldo no início do exercício	753.600	197.546	42.229	993.375	910.856
Adições	2.752	4.120	-	6.872	267.731
Baixa	-	-	(45.292)	(45.292)	(85.671)
Liquidação	(42.381)	(21.241)	-	(63.267)	(67.631)
Ajuste a valor presente	55.924	17.731	2.381	76.036	63.234
Remensuração pela taxa de desconto(i)/(ii)	21.768	(2.203)	682	20.247	(95.143)
Saldo no final do exercício	791.663	195.953	-	987.616	993.376
Curto prazo	115.760	23.573	-	139.333	121.126
Longo prazo	675.903	172.380	-	848.283	872.250

(i) Em 31 de dezembro de 2025, a taxa ajustada ao risco de crédito para o Brasil estava entre 7,42% e 12,17% (31 de dezembro de 2024: 4,02% a 8,51%).

(ii) A variação no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, deve-se principalmente à mudança temporal nos desembolsos esperados com obrigações de descomissionamento em determinadas operações, de acordo com atualizações em seus estudos de desmobilização de ativos e obrigações ambientais, e pelo aumento do desconto taxas, conforme descrito acima. Desta forma, as obrigações de desmobilização de ativos operacionais, aumentaram no montante de R\$ 21.768 (31 de dezembro de 2024: aumento de R\$ 39.074) conforme nota 22; e perda com desativação de ativos e obrigações ambientais para ativos não operacionais em R\$ 1.916 (31 de dezembro de 2024: despesa de R\$ 60.789) conforme demonstrado na nota 8.

(iii) Em dezembro de 2025, a Companhia concluiu estudos de engenharia para confirmar o método construtivo de determinadas estruturas inativas de contenção de resíduos industriais, que estão encerradas há mais de 20 anos. O órgão ambiental confirmou os estudos da Nexa, e todas as cinco estruturas foram caracterizadas como *Dry Stack* (pilhas), o que significa que não são necessários projetos de descaracterização e remediação. Assim, a provisão anteriormente registrada para obrigações de recuperação previstas foi totalmente revertida, no valor de R\$ 45.292.

Nexa Recursos Minerais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Provisões

Política contábil

Provisões para demandas judiciais e depósitos judiciais

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva presente como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões são estimadas periodicamente e a probabilidade de perda é suportada pelos assessores jurídicos da Companhia.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como "despesas financeiras".

Quando o processo é garantido por depósito judicial, a Companhia compensa a provisão com o valor do depósito judicial no balanço. No entanto, a Companhia também mantém depósitos judiciais para ações cuja probabilidade de perda é possível ou remota e para as quais nenhuma provisão é constituída. Nesses casos, esses valores são reconhecidos como depósitos judiciais em aberto no patrimônio da Companhia.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos - Provisões para processos judiciais

A Companhia é parte de processos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais em andamento que tramitam em diferentes instâncias judiciais. As provisões para possíveis desfechos desfavoráveis de litígios em andamento são constituídos e atualizados com base na avaliação da administração, apoiada nas posições dos assessores jurídicos externos, e requerem alto grau de julgamento nas matérias envolvidas. As reivindicações de imposto de renda são discutidas na seção de imposto de renda corrente e diferido (nota 10).

Passivos contingentes

Reivindicações legais com probabilidade de perda possível de surgir uma obrigação são divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia não reconhece um passivo porque é improvável que uma saída de caixa seja necessária ou porque o valor do passivo não pode ser calculado com segurança.

(a) Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais e depósitos judiciais remanescentes

As provisões e os correspondentes depósitos judiciais são os seguintes:

	2025			2024				
	Depósitos judiciais	Provisões	Total líquido	Depósitos judiciais remanescentes	Depósitos judiciais	Provisões	Total líquido	Depósitos judiciais remanescentes
Tributárias	(38.443)	69.716	31.273	34.467	(6.925)	49.973	43.048	50.926
Trabalhistas	(4.091)	119.222	115.131	7.587	(3.288)	92.997	89.709	25.134
Cíveis	-	1.749	1.749	121	-	1.620	1.620	112
Ambientais	(53)	6.224	6.171	6.678	-	6.070	6.070	6.614
	(42.587)	196.911	154.324	48.853	(10.213)	150.660	140.447	82.786

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação do ano

					2025	2024
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Total
	43.048	89.709	1.620	6.070	140.447	146.839
Adições	52.657	43.955	133	-	96.745	47.298
Reversões	(21.585)	(26.920)	(110)	(184)	(48.799)	(50.568)
Depósitos judiciais	(31.518)	2.005	-	(53)	(29.566)	2.384
Atualizações Monetárias	13.599	18.162	135	338	32.234	6.943
Liquidação	-	(11.780)	(29)	-	(11.809)	(12.449)
Outros (i)	(24.928)	-	-	-	(24.928)	-
	31.273	115.131	1.749	6.171	154.324	140.447

(i) Se refere a uma reversão de processo judicial tributário, relacionado a ICMS, onde a Companhia optou por realizar o parcelamento do saldo a pagar.

(c) Resumo do passivo contingente

A Companhia tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para os quais não há provisão constituída.

	2025	2024
Tributárias (i)	492.529	422.520
Trabalhistas (ii)	58.339	56.436
Cíveis (iii)	72.831	66.663
Ambientais (iv)	638.452	610.516
	1.262.151	1.156.135

(i) Comentários sobre passivos fiscais contingentes

Os principais passivos contingentes relacionados a processos tributários são discutidos abaixo.

Compensação pela exploração de recursos minerais

Refere-se a autuações lavradas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral do Brasil por suposta falta de recolhimento ou pagamento a menor de compensação financeira pela exploração de recursos minerais ("CFEM"). O efeito financeiro estimado deste passivo contingente é de R\$ 88.846. (2024: R\$ 66.085)

Compensação de créditos tributários de PIS e COFINS

Processo tributário referente à utilização (compensação) de créditos reconhecidos em decorrência da decisão final no Mandado de Segurança nº 001556.04.2008.4.01.3812, que determinou a exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. O assunto encontra-se pendente perante a Primeira Vara Administrativa desde 9 de abril de 2025. O efeito financeiro estimado desta contingência passiva é de R\$ 393.971.

(ii) Comentários sobre passivos trabalhistas contingentes

Incluem diversas ações movidas por ex-empregados, terceiros e sindicatos, principalmente pleiteando o pagamento de indenizações por demissões, adicional de insalubridade e periculosidade, horas extras e deslocamento, bem como pedidos de indenização por ex-empregados e terceiros com base em doenças ocupacionais e acidentes de trabalho. O valor individual dos créditos não é relevante.

(iii) Comentários sobre passivos cíveis contingentes

A principal responsabilidade civil contingente está relacionada a ações indenizatórias contra a Companhia alegando danos materiais, morais e patrimoniais. O efeito financeiro estimado deste passivo contingente é de R\$ 79.464. (2024: R\$ 61.000)

(iv) Comentários sobre passivos ambientais contingentes

Os principais passivos ambientais contingentes foram movidos por comunidades de pescadores contra a Companhia para indenização, indenização por danos materiais e morais devido à suposta poluição do rio São Francisco próximo à operação de Três Marias da Companhia no Brasil. O efeito financeiro estimado desses passivos contingentes é de R\$ 409.104. (2024: R\$ 413.442)

30. Patrimônio Líquido**Política contábil****(a) Capital social**

É representado exclusivamente por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 18 de dezembro de 2025 houve a subscrição e integralização de aumento de capital na Companhia no valor de R\$ 1.779.450, mediante a emissão de 2.044.006 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Com isso, em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 5.363.764 está representado por 6.186.971 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(b) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal.

(c) Lucro líquido (prejuízo) básico por ação

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

(d) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Ajustes de avaliação patrimonial

As alterações nos outros resultados abrangentes acumulado são as seguintes:

	Varição cambial de investimento no exterior	Hedge de investimento líquido em entidade no exterior	Hedge accounting operacional	Mudanças no valor justo de passivos financeiros	Outros componentes do resultado abrangente	Total
Em 1º de janeiro de 2024	3.085.525	8.569	(2.110)	26.228	(165.053)	2.953.159
Varição cambial de investidas localizadas no exterior	19.634	-	-	-	-	19.634
Hedge accounting operacional, líquido de impostos	-	-	946	-	-	946
Alteração no valor justo do passivo financeiro atribuível a alteração do risco de crédito da Companhia, líquido de impostos	-	-	-	(5.389)	-	(5.389)
Em 31 de dezembro de 2024	3.105.159	8.569	(1.164)	20.839	(165.053)	2.968.350
Varição cambial de investidas localizadas no exterior	(3.566)	-	-	-	-	(3.566)
Hedge accounting operacional, líquido de impostos	-	-	1.469	-	-	1.469
Alteração no valor justo do passivo financeiro atribuível a alteração do risco de crédito da Companhia, líquido de impostos	-	-	-	(1.046)	-	(1.046)
Em 31 de dezembro de 2025	3.101.593	8.569	305	19.793	(165.053)	2.965.207

(f) Ágio em transações de capital

Em 18 de junho de 2014 a controlada indireta da Companhia, Votorantim Andina S.A. ("VASA") vendeu sua participação de 99,9125% na Votorantim Metais Cajamarquilla S.A. à VM Holding S.A. gerando um ágio em transação de capital no valor de R\$ 823.876. Em 2018 ocorreu uma alteração de percentual de capital em investidas reduzindo o ágio em transação de capital em R\$ 4.452.

Em 16 de outubro de 2019 por meio da subsidiária Votorantim Metals Canada Inc. a Companhia adquiriu 100% de participação na Karmin Exploration Inc. ("Karmin") que possuía 30% de participação na Mineração Dardanelos Ltda. ("Dardanelos"), controlada direta da Companhia. Essa operação gerou um ágio em transação de capital no montante de R\$ 292.345.

Em 28 de abril de 2020 o Conselho de Administração da Nexa Resources Peru S.A.A. aprovou a venda da participação na Dardanelos o qual gerou um ágio em transação de capital de R\$ 74.276 correspondendo à sua participação de 7,7% na Mineração Dardanelos, para a Companhia.

31. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Política contábil

Redução ao valor recuperável de ágios em investimentos

Como parte dos procedimentos de teste de recuperabilidade de ativos, o ágio decorrente de uma combinação de negócios resultante da compra de um investimento é alocado a uma unidade geradora de caixa (UGC) ou grupos de UGCs onde é esperado que a Companhia se beneficie através de entrada de fluxos futuros, é monitorado pela administração. O ágio é testado anualmente durante o terceiro trimestre, independentemente de haver um indicador de *impairment* ou, mais frequentemente, se as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

A Companhia avalia a cada data de relatório, se há indicadores de que o valor contábil de um ativo ou UGC, incluindo saldo de ágio, pode não ser recuperado. Se houver algum indicador, como uma mudança nos preços previstos de *commodities*, um aumento significativo nos custos operacionais, uma diminuição significativa nos volumes de produção, uma redução na vida útil da mina, o cancelamento ou redução significativa no escopo de um projeto, condições de mercado ou eventos não usuais que possam afetar os negócios, a Companhia estima o valor recuperável dos ativos ou UGCs.

O valor recuperável é estimado considerando o maior valor entre o valor justo de um ativo ou UGC menos o custo de alienação (*Fair value less cost of disposal* - "FVLCD" termo em inglês) e seu valor em uso (*Value in use* - "VIU" termo em inglês). O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa amplamente independentes daquelas de outros ativos ou grupos de ativos, caso em que o ativo é testado como parte de uma UGC maior à qual pertence.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo ou UGC é considerado desvalorizado e reduzido ao seu valor recuperável. Os ativos não financeiros que não sejam o ágio que foram ajustados por redução ao valor recuperável são revisados posteriormente para possível reversão do valor recuperável a cada data de relatório. Geralmente, o oposto dos indicadores que deram origem a uma perda no valor recuperável seriam considerados indicadores de que as perdas por valor recuperável poderiam ter de ser revertidas. Se as razões subjacentes à perda por valor recuperável original foram removidas ou o potencial de serviço do ativo ou UGC tiverem aumentado, uma avaliação das reversões do *impairment* é realizada pela Companhia. As reversões de perdas do valor recuperável que surgem simplesmente pela passagem do tempo ou relacionadas com *impairments* anteriores do *goodwill* não são reconhecidas.

Para os ativos individuais, se houver algum indicador de que um ativo se tornou inutilizável por danos ou por uma decisão que levaria o ativo a não contribuir economicamente para a Companhia, ele é desvalorizado. Além disso, os *Greenfields*, projetos para os quais a Companhia decide desistir da exploração e não há expectativa de que tragam entradas de caixa no futuro, também são provisionadas perdas de valor recuperável.

Redução ao Valor Recuperável dos custos de exploração e avaliação e custos de projetos de desenvolvimento

Os ativos de exploração (*greenfield*) que representam direitos minerais adquiridos em combinações de negócios, direitos minerais e outros custos de exploração e avaliação mineral capitalizados de acordo com a política contábil descrita na nota 7, bem como os custos de desenvolvimento de projetos capitalizados incluídos no ativo imobilizado são testados para redução ao valor recuperável em agregação com UGC ou grupos de UGCs que incluam ativos produtores ou testados individualmente por meio de FVLCD quando houver indicadores de que os custos capitalizados podem não ser recuperáveis. A alocação dos custos de exploração e avaliação mineral e custos de desenvolvimento de projetos para UGCs ou grupo de UGCs é baseada em 1) sinergias esperadas ou participação da infraestrutura de ativos produtores, 2) nível de entidade legal e 3) nível de país. Ao testar uma UGC ou grupo de UGCs que incluam custos de exploração e avaliação mineral e custos de projetos de desenvolvimento, a Companhia realiza o teste de *impairment* em duas etapas. Na primeira etapa, os ativos produtores do nosso grupo de ativos produtores são testados para redução ao valor recuperável individualmente. Na segunda etapa, os custos de exploração e avaliação mineral e os custos de desenvolvimento do projeto são alocados a uma UGC ou a um grupo de UGCs e testados para redução ao valor recuperável de forma combinada.

Métodos de avaliação e premissas para valor recuperável com base no Valor justo menos custos de alienação (FVLCD, sigla em inglês)FVLCD

FVLCD é uma estimativa do preço que a Companhia receberia pela venda de um ativo, UGC ou grupo de UGCs em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, menos o custo de alienação. O FVLCD não é uma mensuração específica da entidade, mas é focado nas premissas dos participantes do mercado para um ativo específico. O FVLCD é estimado pela Companhia utilizando técnicas de fluxo de caixa descontado (utilizando uma taxa de desconto pós-impostos) e múltiplos de transações passadas de mercado (valor pago por tonelada de minerais para projetos em estágios semelhantes) para projetos *greenfield* para os quais a alocação de recursos está em revisão, embora a Companhia considere dados observáveis, uma parte substancial das premissas utilizadas nos cálculos não são observáveis. Esses fluxos de caixa são classificados como nível 3 na hierarquia de valor justo. Atualmente, nenhuma UGC é avaliada quanto à redução ao valor recuperável por referência a um valor recuperável com base em FVLCD classificado como nível 1 ou nível 2.

VIU

O VIU é determinado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo em sua condição atual e seu valor residual. O VIU é determinado pela aplicação de premissas específicas ao uso contínuo da Companhia e não considera melhorias ou desenvolvimentos futuros. Essas premissas são diferentes daquelas usadas no cálculo de FVLCD e, conseqüentemente, o cálculo de VIU provavelmente dará um resultado diferente (geralmente menor) do que um cálculo de FVLCD. Adicionalmente, é aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados uma taxa de desconto antes de impostos.

Premissas de projeções

As previsões de fluxo de caixa são baseadas nas melhores estimativas da administração de receitas e custos futuros esperados, incluindo os custos de caixa futuros de produção, despesas de capital e custos de fechamento, restauração e ambientais. As estimativas resultantes são baseadas na vida detalhada da mina e nos planos de produção de longo prazo. No cálculo do FVLCD, essas previsões incluem gastos de capital e operacionais relacionados a expansões e reestruturações de projetos *brownfield* e *greenfield* que um participante do mercado consideraria na busca de obter o maior e melhor uso do ativo, considerando sua avaliação, eventual mudança de escopo ou viabilidade e estágio de desenvolvimento.

As previsões de fluxo de caixa podem incluir fluxos de caixa líquidos esperados a serem realizados a partir da extração, processamento e venda de material ou serviço, que para as minas atualmente não se qualifica para inclusão nas reservas de minério. Esse material não reserva é incluído apenas quando a Companhia tem confiança de que será convertido em reservas. Essa expectativa geralmente é baseada em perfurações preliminares e amostragem de áreas de mineralização contíguas às reservas de minério existentes, bem como na relação histórica de conversão interna. Normalmente, a avaliação adicional necessária para conversão em reservas desse material ainda não foi feita porque isso envolveria incorrer em custos de avaliação antes do necessário para o planejamento e operação eficientes da mina produtora.

Para fins de determinação do FVLCD da perspectiva de um participante do mercado, os fluxos de caixa incorporam as previsões internas de preços da administração. As previsões internas de preços são desenvolvidas usando um modelo robusto que incorpora dados de oferta, demanda e custo baseados no mercado. As previsões internas de preços utilizadas para o teste de estimativa de reservas de minério e o planejamento estratégico da Companhia são geralmente consistentes com aquelas utilizadas para o teste de *impairment*.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os níveis de custo incorporados nas previsões de fluxo de caixa são baseados na vida atual do plano de mina e no plano de produção de longo prazo para a UGC, que são baseados em pesquisa detalhada, análise e modelagem iterativa para otimizar o nível de retorno do investimento, produção e sequência de extração. O plano da mina leva em consideração todas as características relevantes do corpo de minério, incluindo proporções de estéril para minério, teores de minério, distâncias de transporte, propriedades químicas e metalúrgicas do minério, recuperações de processo e capacidades de equipamentos de processamento que podem ser usados. O plano de vida da mina e os planos de produção de longo prazo são, portanto, a base para a previsão da produção e dos custos de produção em cada ano futuro.

As taxas de desconto aplicadas às previsões de fluxo de caixa futuro representam a estimativa da Companhia da taxa que um participante do mercado aplicaria em relação ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual as estimativas de fluxo de caixa futuro não foram ajustadas. O custo médio ponderado de capital da Companhia é geralmente usado para determinar as taxas de desconto, com ajustes apropriados para o perfil de risco dos países em que as UGCs operam.

Com relação aos fluxos de caixa futuros estimados de ativos de exploração capitalizados e projetos de desenvolvimento, a Companhia aplica um desconto na relação preço/valor dos ativos líquidos para refletir o risco inerente a tais projetos e que não são ajustados na taxa de desconto nem no futuro fluxos de caixa. O desconto é baseado na fase do projeto e no tipo de metal. Estimativas contábeis críticas e julgamentos - Redução ao Valor Recuperável de ativos não circulantes

Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos – Redução do valor recuperável de ativos

A análise de valor recuperável é avaliada ao nível da UGC. Uma UGC é o menor ativo identificável ou grupo de ativos que gera entradas de caixa independentes. O julgamento é aplicado para identificar as UGCs da Companhia, principalmente quando os ativos pertencem a operações integradas, e mudanças nas UGCs podem impactar os encargos e reversões de *impairment*. Ao aplicar seu julgamento no agrupamento das UGCs, a Companhia concluiu que suas operações de mineração em Vazante e Morro Agudo deveriam ser agrupadas com sua operação de *smelter* de Três Marias, uma vez que essas duas minas são operações verticalmente integradas ao *smelter*.

Fatores externos e internos são monitorados trimestralmente para indicadores de *impairment*. É necessário julgamento para determinar, por exemplo, se o impacto de movimentos adversos de preços de commodities à vista é significativo e de natureza estrutural. Além disso, a avaliação da Companhia sobre se fatores internos como aumento nos custos de produção e atrasos nos projetos resultam em indicadores de *impairment* requer julgamento significativo. Entre outros, o preço de longo prazo do zinco e a taxa de desconto podem ter um impacto significativo nas estimativas de *impairment* da Companhia.

O processo de estimativa do valor recuperável envolve o uso de premissas, julgamentos e projeções de fluxos de caixa futuros. Esses cálculos utilizam projeções de fluxo de caixa, com base em orçamentos financeiros e operacionais aprovados para um período de cinco anos. Após o período de cinco anos, os fluxos de caixa são estendidos até o final da vida útil da mina ou indefinidamente para os *smelters*. Os fluxos de caixa dos *smelters* não utilizam taxas de crescimento nas projeções de fluxo de caixa do valor terminal. As premissas e estimativas da administração do fluxo de caixa futuro utilizadas para o teste de *impairment* de ágio e ativos não financeiros da Companhia estão sujeitas a riscos e incertezas, incluindo preços de metais e condições macroeconômicas, que são particularmente voláteis e parcial ou totalmente fora do controle da Companhia. Mudanças futuras nessas variáveis podem diferir das expectativas da administração e podem alterar materialmente os valores recuperáveis das UGCs.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Análise de desvalorização

Ao longo de 2025 a Companhia avaliou se havia indicadores de que o valor contábil de um ativo, ágio ou unidade geradora de caixa (UGC) poderia não ser recuperável, ou se uma perda de valor recuperável anteriormente registrada precisava ser revertida.

Avaliação de *impairment* – Goodwill

Durante o ano de 2025, a Nexa conduziu os testes anuais de *impairment* dos ágios para o investimento de Pollarix S.A. e Votorantim Andina S.A., e da UGC de Juiz de Fora e não identificou nenhuma perda a ser reconhecida.

Avaliação de *impairment* – demais ativos

UGC - Aripuanã

A Companhia testou a UGC de Aripuanã após identificar indicadores de *impairment* relacionados a (i) uma desvalorização da taxa de câmbio R\$/USD; e (ii) um aumento nos custos operacionais para Aripuanã. Nenhum *impairment* foi identificado após a avaliação de *impairment*.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou nenhum gatilho de *impairment* adicional para o ágio e UGCs mencionados acima.

Avaliação de *impairment* – resumo

Em resumo, para o ano de 2025, a Companhia reconheceu os seguintes montantes como reversão/constituição de *impairment*:

Reversão (provisão) de <i>impairment</i>	2025	2024
Morro Agudo	-	49.458
Outros ativos	(15.910)	(5.950)
Total	(15.910)	43.508

Outros ativos se referem a ativos individuais, substancialmente máquinas e equipamentos utilizados na operação.

(a) Principais premissas utilizadas nos testes de *impairment*

Os valores recuperáveis de cada UGC foram determinados com base no método FVLCD, quais foram superiores aos determinados com base no método VIU.

A Companhia identificou preços de zinco de longo prazo, taxa de desconto, taxa de câmbio considerando o real (R\$) e LOM como premissas principais para a determinação dos valores recuperáveis, devido ao impacto material que tais premissas podem causar no valor recuperável. Parte dessas suposições estão resumidas abaixo:

	2025	2024
Preço do zinco a longo prazo (USD/t)	3.120	2.930
Preço de venda de energia a longo prazo (R\$/MWh)	247,66	244,56
Taxa de desconto	7,63%	7,64%
Taxa de câmbio (R\$ x USD)	5,43	5,66
Projeto <i>Brownfield</i> - LOM (anos)	De 3 a 25	De 18 a 25
Prazo para término da concessão (investimento Pollarix) (anos)	De 12 a 17	De 7 a 18

Embora as premissas de preço de venda de energia, o LOM e prazo para término da concessão sejam consideradas como principais premissas para fins dos testes de *impairment*, com base nos fatos e circunstâncias atuais, incluindo informações históricas recentes, a administração não considera razoavelmente possível uma mudança nessas premissas que possa igual o valor recuperável dos ativos aos seus respectivos valores contábeis. Portanto, no quadro abaixo não foram realizadas análises de sensibilidade para essas premissas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Análise de sensibilidade – UGCs testadas

A Companhia estimou o montante pelo qual valor atribuído às principais premissas deve mudar para que o valor recuperável da UGC avaliada, que não sofreu redução ao valor recuperável, seja igual ao seu valor contábil:

UGC	Excesso sobre o valor recuperável	Redução ao longo prazo Zinco (/t)		Aumento na taxa de desconto		Valorização do R\$ sobre o USD	
		Variação	Preço	Variação	Taxa	Variação	Preço
Três Marias	2.523.588	(14.41%)	2.670	111.02%	14.94%	(13.46%)	4.70
Juiz de Fora	282.554	(8.04%)	2.869	24.69%	8.85%	(3.77%)	5,23
Aripuanã	3.484.736	(30.26%)	2.176	113.29%	15.10%	(22.70%)	4.20

32. Compromissos a longo prazo

(a) Caução Ambiental para Barragens

Em 31 de dezembro de 2025, não houve mudanças nas regras relacionadas aos requisitos de garantias ambientais estabelecidas pelo Decreto 48.747 de 2023, e suas alterações.

A Nexa BR submeteu sua proposta de garantia em setembro de 2024 e apresentou uma garantia no montante de R\$ 60.728, representando 50% do valor exigido até 31 de dezembro de 2024. Um novo Decreto, publicado em 31 de dezembro de 2024, estabeleceu que o cronograma das parcelas remanescentes terá início apenas após a aprovação da proposta pelo órgão ambiental. A Nexa BR ainda aguarda essa aprovação antes de seguir com as demais obrigações.

33. Eventos subsequentes

(a) Recebimento de dividendos

Em 19 de janeiro de 2026, a Companhia recebeu de sua investida Pollarix o montante de R\$ 34.535, referentes a dividendos intermediários de períodos anteriores.

(b) Diminuição de capital social

Em 19 de janeiro de 2026 houve uma redução de capital social na Companhia no valor de R\$ 12.334. Com isso, o capital social subscrito e integralizado da Nexa BR é de R\$ 5.351.430, dividido em 6,172,803 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(c) Captação de novos empréstimos

Em 04 de março de 2026, a Companhia realizou a contratação de um novo empréstimo na modalidade ACC, no montante de R\$ 208.360, à taxa de 4,69% ao ano, com prazo de vencimento para 31 de agosto de 2026.